



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Ordem do dia

Ponto n.º 02

Sessão ordinária de

2025.06.13

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2024 – Presente a deliberação tomada na reunião ordinária da Câmara Municipal de 2025.06.05, do seguinte teor:

"DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2024 - Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, acompanhada dos documentos de Prestação de Contas Consolidada relativos ao ano de 2024, em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)), conjugado com os artigos 75.º e n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, com a parte final da alínea i) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Deliberação – A Câmara Municipal delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidada de 2024, em anexo, e submeter os mesmos à Assembleia Municipal para aprovação. Esta deliberação foi tomada por sete votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores Vítor Vasconcelos e Hugo Martins." -----

Deliberação: - Depois de apreciados os documentos de prestação de contas consolidada de 2024, a que se refere a deliberação supra da Câmara Municipal e reproduzidos em anexo, a Assembleia Municipal delibera, nos termos do disposto da alínea I) do n.º 2 do artigo 25.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidada de 2024, conforme proposto pela Câmara Municipal. -----

Esta deliberação foi tomada por **38** votos a favor, **7** votos contra e **0** abstenções. Encontravam-se na sala **45** membros dos **47** que compõem a Assembleia Municipal. -----

Esta deliberação foi aprovada em minuta no final da reunião por **45** votos a favor, **0** votos contra e **0** abstenções. Encontravam-se na sala **45** membros dos **47** que compõem esta Assembleia Municipal. -----

A Mesa da Assembleia,

*Alfredo Alves
Presidente
Senhor Presidente*



ASSEMBLEIA
MUNICIPAL
DE FELGUEIRAS

Praça da República - Margarede
4610-116 Felgueiras

T. 255 318 000 F. 255 318 170
geral@cm-felgueiras.pt
www.cm-felgueiras.pt



CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Ordem do dia
Ponto n.º 48

Ata n.º 13
2025.06.05

DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2024 - Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, acompanhada dos documentos de Prestação de Contas Consolidada relativos ao ano de 2024, em cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP)), conjugado com os artigos 75.º e n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, com a parte final da alínea i) do número 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

Deliberação – A Câmara Municipal delibera aprovar os Documentos de Prestação de Contas Consolidada de 2024, em anexo, e submeter os mesmos à Assembleia Municipal para aprovação. -----

Esta deliberação foi tomada por sete votos a favor e duas abstenções dos Senhores Vereadores Vítor Vasconcelos e Hugo Martins. -----

Nuno
Fonseca

Assinado de forma digital por Nuno
Fonseca
DN: c=PT, title=Presidente,
o=Município de Felgueiras, sn=Martins
da Fonseca, givenName=Nuno
Alexandre, cn=Nuno Fonseca
Dados: 2025.06.05 17:49:00 +01'00'

Assinado por: **Paula Carina Carvalho e Silva**
Data: 2025.06.05 22:05:00+01'00'
Certificado por: **Câmara Municipal de
Felgueiras**





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

PROPOSTA

DOCUMENTOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA DE 2024

No cumprimento do estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual (Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, SNC-AP), conjugado com o disposto nos artigos 75.º, no n.º 2 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (regime financeiro das autarquias locais), e na alínea i) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (regime jurídico das autarquias locais) são presentes para aprovação da Câmara Municipal os documentos de prestação de contas consolidadas de 2024, sendo, posteriormente, submetidos a apreciação e votação da Assembleia Municipal, em que os originais aqui se dão como reproduzidos e transcritos.

O Município de Felgueiras preparou a informação financeira e orçamental de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, aplicando os requisitos das respetivas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

Nos quadros seguintes destacamos os factos mais importantes dos documentos de prestação de contas, nomeadamente os seguintes:

Informação financeira

Balanço Consolidado	Valores em €
Ativo	238 734 618,67
Património líquido	205 179 789,54
Património/Capital	182 550 351,49
Passivo	33 554 829,13





CÂMARA MUNICIPAL DE FELGUEIRAS

Demonstração de Resultados Consolidada	Valores em €
Rendimentos	63 906 561,60 €
Gastos:	- 52 947 851,54 €
Gastos	- 45 082 642,18 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 7 865 209,36 €
Resultado líquido do período	10 958 710,06 €

Caixa e seus equivalentes

CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DE GERÊNCIA	Valores em €
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período	8 497 222,12
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	13 301 954,77

O Resultado Líquido do Período do Relato relativo ao Grupo é positivo, no montante de **10.958.710,06 €**.

Nos termos do n.º 3 do artigo 76.º e do n.º 2 do artigo 77.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, junta-se aos documentos de prestação de contas consolidadas de 2025 a certificação legal das contas e o parecer sobre as mesmas apresentados pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas Ricardo Pereira & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Ricardo Pereira, ROC.

Felgueiras, 02 de junho de 2025.

O Presidente da Câmara Municipal,

Nuno Fonseca

Nuno Alexandre Martins da Fonseca

Assinado de forma digital por Nuno Fonseca
DN: c=PT, title=Presidente, o=Município de
Felgueiras, sn=Martins da Fonseca,
givenName=Nuno Alexandre, cn=Nuno
Fonseca
Dados: 2025.06.02 10:07:58 +01'00'





Felgueiras

CÂMARA MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA

2024

Índice

1.	Relatório Consolidado de Gestão 2024.....	3
1.1.	Introdução	3
1.2.	Principais atividades desenvolvidas	8
1.3.	Contas Consolidadas.....	12
1.4.	Factos relevantes ocorridos após o encerramento do Exercício.....	13
2.	Demonstrações financeiras consolidadas.....	15
2.1.	Balanço consolidado.....	15
2.2.	Demonstração consolidada de resultados por natureza	18
2.3.	Demonstração consolidada das alterações património líquido de 2024	20
2.4.	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa.....	22
2.5.	Memória descritiva dos movimentos de consolidação de contas.....	24
2.6.	Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.....	25
3.	Demonstrações orçamentais de relato consolidadas.....	64
3.1.	Demonstração consolidada de desempenho orçamental.....	65
3.2.	Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.....	68
4.	Outros documentos.....	71
4.1.	Relação nominal dos responsáveis.....	71
4.2.	Certificação legal da conta consolidada.....	72

1. Relatório Consolidado de Gestão 2024

1.1. Introdução

De acordo com o disposto no artigo 52.º da Lei n.º 98/97, de 26 de agosto, na sua redação atual, e em conjugação com o n.º 3 da Resolução n.º 4/2024 – 2.ª Secção, do Tribunal de Contas, publicada em Diário da República no dia 23 de dezembro de 2024, o Município de Felgueiras tem a obrigação de remeter ao Tribunal as contas consolidadas até 30 de junho do ano seguinte àquele a que respeitam.

A atividade empresarial local é a atividade desenvolvida por municípios e associações de municípios (áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais e associações de municípios de fins específicos) através de serviços municipalizados e intermunicipalizados e empresas locais, no âmbito das respetivas atribuições.

Os serviços municipalizados são serviços integrados na estrutura organizacional dos municípios que dispõem de organização autónoma, sendo geridos de forma empresarial.

As empresas locais são as sociedades constituídas ou participadas nos termos da lei comercial, nas quais os municípios e associações de municípios podem exercer, direta ou indiretamente, uma influência dominante em virtude de deterem qualquer forma de controlo de gestão, designadamente a detenção da maioria do capital ou dos direitos de voto, ou o direito de designar ou destituir a maioria dos membros dos órgãos de gestão, de administração ou de fiscalização.

As empresas locais podem ser de natureza municipal (quando a influência dominante é exercida por um município), intermunicipal (quando exercida por dois ou mais municípios, por uma comunidade intermunicipal ou por uma associação de municípios de fins específicos) ou metropolitana (quando exercida por uma área metropolitana). Em cada caso, a denominação da empresa é acompanhada da indicação da sua natureza municipal, intermunicipal ou metropolitana pelas siglas E.M., E.I.M. ou E.M.T, respetivamente.

O regime jurídico da atividade empresarial local consta da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, regendo-se as empresas locais pelo disposto neste diploma, na lei comercial, nos respetivos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor público empresarial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sem prejuízo das normas imperativas aí previstas.

O Município de Felgueiras apresenta as demonstrações financeiras consolidadas, decorrente da obrigatoriedade descrita no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o qual estipula que sem prejuízo dos documentos de prestação de contas individuais previstos na lei, os municípios, as entidades intermunicipais e as suas entidades associativas, apresentam contas consolidadas com as entidades detidas ou participadas, sendo o grupo autárquico composto por um município, uma

entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.

A informação de carácter contabilístico produzida, individualmente, por estas entidades é considerada suficiente para revelar a situação económica e financeira de cada uma delas, mas não permite traduzir, de uma forma verdadeira e apropriada, a situação económica e financeira do grupo enquanto agregado. Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo utilizado o método integral, uma vez que o Município de Felgueiras é detentor de uma percentagem de controlo de 100% de todas as entidades participadas. Este método preconiza a integração dos diferentes elementos que constam das demonstrações financeiras das empresas consolidadas no balanço e demonstração de resultados da empresa consolidante. Subsequente a esta integração, são eliminadas todas as operações e saldos intragrupo, ou seja, operações entre as entidades que compõem o perímetro de consolidação, evitando-se desta forma, a duplicação de valores.

O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, na sua redação atual) permite uniformizar os procedimentos e aumentar a fiabilidade da consolidação de contas,

As demonstrações financeiras consolidadas do Município de Felgueiras foram elaboradas de acordo com o SNC-AP, tendo sido aplicados a maioria dos requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP). A NCP 22 (Demonstrações financeiras consolidadas) tem como objetivo prescrever princípios para a apresentação e preparação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade controla uma ou várias entidades. Foram seguidas as orientações do Tribunal de Contas, no âmbito da Resolução n.º 4/2024 - 2.ª Secção, de 23 de dezembro de 2024 e da Instrução n.º 1/2019 – PG.

Ressalva-se que o presente relatório não contém as informações da contabilidade de gestão de acordo com a NCP 27 do SNC-AP, uma vez que nem todas as entidades do grupo autárquico implementaram este subsistema contabilístico, o que impede a consolidação a este nível.

Relativamente às Demonstrações Orçamentais, estão preparadas pela ACLEM, E.M., em todos os aspetos materiais previstos na NCP 26 do SNC-AP. Contudo, apesar dos esforços, os requisitos de contabilização e relato previstos na NCP 26, ainda não se encontram totalmente implementados pela EPF, E.M., atendendo à complexidade que a mesma acarreta para a Entidade. Esta conclusão é evidenciada no documento da Certificação Legal de Contas, emitido pelo auditor responsável (SROC) da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda., no qual é referido que, *"Apesar dos esforços desenvolvidos pela Entidade, a NCP 26 ainda não se encontrava totalmente implementada, atendendo à complexidade que a mesma acarreta, não tendo sido possível, até esta data, obter a informação adequada e necessária para a verificação das demonstrações orçamentais."*

Em face do exposto, o perímetro das Demonstrações Orçamentais Previsionais Consolidadas é composto apenas pelo Município de Felgueiras, uma vez que uma das entidades que integram o perímetro de consolidação orçamental, identificadas acima, não aplicaram a NCP 26 em toda a sua extensão.

O SNC-AP revogou a anterior referência base para efeitos de consolidação de contas, a qual consistia na Orientação n.º 1/2010, da extinta Comissão de Normalização Contabilística para Administração Pública, publicada pela Portaria n.º 474/2010, de 1 de julho.

Os documentos de prestação de contas consolidados de 2024, elaborados e aprovados pelo órgão executivo são acompanhados pela Certificação Legal de Contas, de modo a serem submetidos à apreciação do órgão deliberativo, conforme disposto no artigo 76.º do RFALEI.

Assim, a consolidação de contas tem por objetivo elaborar demonstrações económicas e financeiras de um conjunto de entidades ligadas entre si, como se de uma única entidade se tratasse, procurando dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do grupo municipal.

Entidades do grupo autárquico, perímetro de consolidação e métodos de consolidação

No trabalho que se apresenta é efetuado o perímetro de consolidação e o enquadramento das entidades que ficam excluídas desse perímetro, elencando os motivos de tal exclusão, de acordo com o estabelecido no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

O Município detém participação em diversas empresas municipais que integram o Setor Empresarial Local (SEL) do concelho de Felgueiras, bem como outras entidades locais associações e agências.

No **quadro 1**, apresentam-se as entidades participadas pelo município e é indicado o respetivo método de consolidação utilizado. O atual regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (art.º 75 da Lei n.º 73/2013) estabelece no n.º 3 do artigo 75.º que "*o grupo autárquico é composto por um município, uma entidade intermunicipal ou uma entidade associativa municipal e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar das suas atividades.*" A existência ou presunção de controlo afere-se relativamente às entidades de natureza empresarial, pela sua classificação como empresas locais e relativamente a entidades de outra natureza, pela sua verificação casuística e em função das circunstâncias concretas, por referência aos elementos de poder e resultado.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Ponderados todos estes fatores, concluiu-se que grupo autárquico engloba o Município de Felgueiras e as duas empresas municipais detidas a 100%, a ACLEM – Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. e a E.P.F. – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M.

Quadro 1		Entidades do grupo autárquico				
Entidade	Tipo	Capital Social	Participação	%	Incluída	Método consolidação
E.P.F. - Ensino Profissional de Felgueiras	E.M., S.A.	376 000,00	376 000,00	100,00	Sim	Integral
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	E.M., S.A.	2 134 287,00	2 134 287,00	100,00	Sim	Integral
CARNAGRI - Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega	S.A.	6 600 000,00	55 300,00	0,84	Não	
EHF - Empresa Hidroelétrica de Felgueiras	S.A.	763 508,00	374 119,00	49,00	Não	
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega	S.A.	50 000,00	5 000,00	10,00	Não	
Águas do Norte	S.A.	111 061 732,00	507 270,00	0,46	Não	
Águas Douro e Paiva	S.A.	20 902 500,00	241 325,00	1,15	Não	
Fundo de Apoio Municipal	OPCDP	417 857 175,00	781 249,50	0,19	Não	
ADER SOUSA - Associação do Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa	ASU			18,64	Não	
AMPV - Associação de Municípios Portugueses do Vinho	AMFE			0,14	Não	
Associação de Municípios do Vale do Sousa	AM			16,67	Não	
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	CIFG			9,09	Não	
Turismo do Porto e Norte de Portugal	OQA			1,16	Não	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	AM			0,39	Não	
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	AM				Não	

Em conformidade com os critérios e procedimentos definidos, foram elaborados os documentos de consolidação de contas para o grupo autárquico referentes ao ano de 2024, e que se indicam:

- Lançamentos de consolidação e Balanço Consolidado;
- Lançamentos de consolidação e Demonstração de Resultados por Natureza Consolidada;
- Demonstrações consolidadas das alterações no património líquido;
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados;
- Memória descritiva dos movimentos de consolidação;
- Anexos às Demonstração Financeiras Consolidados;
- Demonstração consolidada do desempenho orçamental;
- Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza.

Recursos Humanos

O grupo autárquico, a 31 de dezembro de 2024, detinha o número de colaboradores ao serviço discriminado no quadro n.º 2.

Quadro 2		Trabalhadores do grupo autárquico
Entidade	N.º de colaboradores	
Município de Felgueiras	827	
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer, E.M.	5	
E.P.F. - Ensino Profissional de Felgueiras, E.M.	31	

1.2.Principais Atividades Desenvolvidas

A ACLEM – Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. foi constituída em 2007, e tem como atividade principal promover, apoiar e incentivar a arte, a cultura, o desporto, a educação física e a ocupação dos tempos livres no Município de Felgueiras.

O ano de 2024 representa o início de um novo ciclo, em resultado da reabertura dos espaços revitalizados e da realização de atividades sociais e culturais, integrados numa nova perspetiva e inovação da programação, após o período de suspensão superveniente da atividade cultural, no âmbito da pandemia da doença COVID-19 e do regresso gradual à normalidade.

Os resultados alcançados em 2024 superaram as expectativas iniciais, e encontram-se refletidos no aumento do número de clientes/utentes, atraídos pela diversificação e qualidade do programa cultural e das atividades sociais. Inexoravelmente, o montante da receita arrecada foi relevante.

Concluídas as obras de conservação e reparação dos espaços e do investimento realizado na aquisição de novos equipamentos, destacamos as atividades mais relevantes:

- “Teatro Fonseca Moreira - Casa das Artes” – Lançamento do concurso público de aquisição de equipamentos de cinema, som e luz; elaboração do regulamento de normas de funcionamento e de cedências espaços;
- “Café-Concerto” – Conclusão das obras de reparação e beneficiação. O espaço foi cedido, temporariamente, ao Conservatório de Música de Felgueiras;
- “Casa das Torres” – O edifício foi intervencionado, assim como o jardim. As salas do edifício estão cedidas ao CETS;
- “Café do Parque” – Concurso público de concessão da exploração café do parque, através do qual resultou a seleção da empresa concessionária.
- “Edifício Sentium Aula” – Criado pela reconversão da antiga Escola de Adões Bermudes, configura um novo espaço de promoção da cultura e história do concelho de Felgueiras, constituindo um espaço privilegiado para o desenvolvimento do plano de atividades, em colaboração com o Município de Felgueiras, destacando-se a execução das iniciativas seguintes:
 - exposição permanente;
 - exposições de artistas emergentes e eventos educacionais;
 - realização de palestras temáticas.

Durante o ano de 2024, foram registadas 2.500 visitas.

A ACLEM, E.M., promove, ainda, a cedência de espaços e a realização de outros serviços. Esta vertente assume particular importância, porque contribui para a sustentabilidade financeira e promoção da cultura da comunidade.

A programação própria da ACLEM no ano de 2024 emerge como a atividade central da empresa municipal, foi desenvolvida em colaboração com as instituições e os atores individuais locais, o desenvolvimento dos círculos de dinamização temáticos e participação na realização das atividades estruturantes, em parceria com o Município de Felgueiras, onde se destacam entre outras iniciativas, o "Natal na Praça", a "Páscoa na Praça", "o Festival da Juventude *Feeling*" e a "Praça Das Artes".

Destaca-se, ainda, o desenvolvimento da marca identitária da ACLEM, E.M., a criação do seu logótipo, elemento distintivo da sua comunicação institucional e o lançamento do *website*, tendo em vista difundir a informação da atividade cultural da empresa municipal, com uma presença ativa nas redes sociais, através do *Facebook* e *Instagram*.

No ano 2024 foram efetuados os investimentos seguintes: edifícios e outras construções no montante de 3.678,81 €; aquisição de software informático no valor de 3.619,63 €.

Em 2024 a empresa apresentou Resultados Operacionais positivos, no montante de 15.781,78 € e Resultados Antes de Impostos positivos, no montante de 4.305,38 €. O Resultado Líquido da empresa em 2024 é positivo, no valor de 1.597,17 €.

No que concerne às demonstrações financeiras, o balanço em 31 de dezembro de 2024, evidencia um total de 8.262.831,01 €, um total de capital próprio de 5.478.224,71 €, e um resultado líquido positivo no valor de 1.597,17 €. A ACLEM, E.M. encerrou o ano com uma autonomia financeira de 66,30%.

Conforme é evidenciado na nota 2.2. do anexo às demonstrações financeiras e na ênfase do documento da Certificação Legal de Contas, durante o exercício a ACLEM, E.M. teve necessidade de proceder ao ajustamento do deferimento do subsídio do Município de Felgueiras, decorrente da transição do normativo SNC para o SNC-AP. Desta alteração resultou um ajustamento negativo, no montante total de 58.161,82 €, reconhecido no saldo da conta 564 "Ajustamentos de transição para o SNC-AP". Mais importa referir que a entidade procedeu à respetiva reexpressão das contas de 2023, que servem de comparativo no balanço.

Relativamente às demonstrações orçamentais da ACLEM, E.M., a demonstração de execução orçamental da receita, evidencia um total de receita cobrada de líquida de 984.954,73 € (taxa de execução de 85,14%), enquanto a demonstração de execução orçamental da despesa, apresenta um total de despesa paga líquida de reposições de 906.426,33 € (Taxa de execução de 78,13%). A demonstração de execução do Plano Plurianual de Investimento, revela um total de despesas de investimento de 7.298,44 €, correspondente a uma taxa de execução de 4,93%.



A E.P.F. – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., foi constituída em julho de 1999, tem como atividade principal ministrar cursos profissionais e cursos de natureza profissionalizante. O capital social é representado por 1 quota, com valor nominal de 376.000,00 Euros pertencente ao Município Felgueiras, NIF 510 091 823. O capital social encontra-se realizado na totalidade.

Os principais aspetos de Gestão relativos ao período de relato, podem ser subdivididos em dois grupos. Como aspetos positivos, destacamos os seguintes: foram atingidos os objetivos formativos previstos, acompanhados de elevadas taxas de execução dos projetos; manutenção de reduzida taxa de desistência dos alunos; relevantes taxas de conclusão dos cursos pelos alunos; elevado número de alunos que ingressou no ensino superior; aprovação de novas candidaturas, no âmbito dos Programas de Mobilidade Erasmus+; formalização das candidaturas para o financiamento dos Cursos de Especialização Tecnológica (CET), no âmbito do Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão, o Pessoas 2030, para o financiamento o Curso de Especialização Tecnológica – nível V, na área da Robótica, Automação e Controlo industrial. Em relação aos aspetos negativos, continuaram os atrasos na resposta às candidaturas e aos pedidos de reembolso pelo Pessoas 2030 – C. Profissionais e da ANQEP – Centro Qualifica e consequente atraso nos recebimentos; a inexistência de cantina escolar na EPF; o elevado número de alunos com necessidades educativas especiais, com redução do número de alunos de turma; não atualização das tabelas (custos unitários/turma) dos cursos profissionais; dificuldades na angariação de novos alunos para o 1.º ano; dificuldade em manter a reduzida taxa de desistência dos alunos.

No ano de 2024 a atividade formativa desenvolvida foi equilibrada, evidenciando-se a seguinte:

- Cursos profissionais (Tipologia – Qualificação inicial ESO4.6), inclui 12 turmas, distribuídas por 4 cursos (Gestão; Desenho de Calçado e Marroquinaria; Multimédia; Técnico de Instalações Elétricas; Eletrónica, automação e computadores).
- Centro Qualifica (Tipologia – Programa de re/qualificação de adultos), abrangeu cerca de 500 inscritos. O Centro Qualifica também é responsável pelo desenvolvimento de Processos de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) de âmbito profissional ou escolar. O financiamento deste projeto iniciou em janeiro de 2024 e termina em dezembro de 2026.

A EPF conseguiu cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos previstos no âmbito do seu Plano Anual de Atividades, destacando-se a participação em concursos nacionais e internacionais, visitas de estudo, sessões formativas, entre outras. Destacam-se as atividades seguintes:

- “1.ª mostra formativa EPFest;
- Obtenção da acreditação Erasmus, para o período 2024-2027, no âmbito do programa Erasmus+;
- Início do projeto *Digital Norm*, em parceria com a Roménia e a Turquia, desenvolvido pelo Gabinete de Relações Internacionais;

- A EPF, E.M. obteve o galardão de “Escola Embaixadora do Parlamento Europeu”;
- Participação em vários concursos nacionais e internacionais: Mostra Nacional de Jovens Empreendedores; Mostra Nacional de Jovens Cientistas; *Junior Achievement 2024*; *GreenFest Braga* – Universidade do Minho, a convite da Fundação da Juventude, com o projeto *ECOStride*;
- Concursos Cine Clube; Sardinhas 24; Namorar Portugal; Ideias e Criatividade – Montado de Sobro e Cortiça; VS – Solar *Challenge* – Rio Maior;
- *Roboparty 2024*, realizado em Guimarães;
- Participação no Festival Nacional de Robótica, em Paredes de Coura, com duas quipás, nas categorias de Busca e Salvamento. A equipa EPF *Rescue Line* arrecadou o 1.º lugar, tendo sido apurada para a *Robocup 24*, que decorreu em Eindhoven, nos Países Baixos.

Destaque, ainda, para a realização de sessões formativas, em parceria com outras entidades, e visitas de estudo programadas.

Em 2024 a Escola manteve a sua aposta num ensino de qualidade e de exigência. Consolidando a sua reputação, de escola profissional de excelência, os procedimentos de âmbito pedagógico desenvolvidos pela EPF foram enquadrados no âmbito do Quadro de Referência Europeu de Garantia da Qualidade para a Educação e Formação Profissionais (EQAVET).

Foi mais um ano exigente de trabalho, em que a escola conseguiu planear e cumprir um vasto e diversificado conjunto de atividades e projetos. A sua proatividade e espírito empreendedor traduziram-se em resultados encorajadores e elogiosos para a instituição formativa.

Independentemente das condicionantes financeiras e operacionais, e EPF tem sido administrada de acordo com os princípios de qualidade e boas práticas de gestão, com máxima contenção da despesa, colocando sempre em primeiro lugar o cumprimento da atividade pedagógica nas suas diversas vertentes.

Em 2024 a empresa apresentou Resultados Operacionais (antes de gastos de financiamento) positivos, no montante de 2.235,55 € e Resultados Antes de Impostos positivos, no montante de 982,88 €. O Resultado Líquido da empresa em 2024 é positivo, no valor de 489,03 €.

Analisando o Balanço em 31 de dezembro de 2024, totaliza o montante de 4.626.492,90 € e um valor de Património Líquido de 1.739.899,05 €, incluindo um resultado líquido de 489,03 €.

Relativamente aos meios financeiros líquidos, no final de dezembro de 2024, a EPF, E.M. apresenta um saldo bancário e caixa no valor de 849.634,59 €, que resultou maioritariamente do adiantamento do projeto do Plano de Recuperação e Resiliência, destinado ao Centro Tecnológico Especializado, na área industrial, correspondente ao montante de 586.695,81 €.

Por outro lado, regista-se o aumento do passivo, devido, essencialmente, a diferimentos, resultado da aprovação da candidatura dos cursos profissionais. Além disso, a rubrica financiamentos obtidos aumentou, decorrente do empréstimo concedido pela DGEST - Resolução do Conselho de Ministros

n.º 173/2023, que criou uma medida temporária de financiamento dos cursos profissionais para o ano letivo em 2023/2024, pela via do Orçamento do Estado, correspondente ao adiantamento de 1.200.118,85 €, que será devolvido após reembolso do PESSOAS 2030.

As contas a pagar a Fornecedores e Estado e Outros Entes Públicos totalizam um saldo de 123.833,81 €, registando-se um decréscimo relativamente a 2023, cujo valor ascendeu a 217.708,58 €. À semelhança de 2023, apesar revelar liquidez apresenta um significativo saldo em dívida, no entanto, os saldos de fornecedores não estavam vencidos, e não foram pagos.

Importa realçar que os atrasos significativos registados em 2024 pelos organismos competentes, na análise e validação das despesas executada e paga, no âmbito das candidaturas aprovadas, impactou diretamente na composição do balanço, em particular no aumento da principal rubrica do ativo, de créditos a receber por financiamento público aprovado e executado, comprometendo a regularidade dos fluxos de caixa e exigindo uma gestão prudente de tesouraria pela direção executiva.

As demonstrações orçamentais da Entidade, compreendem a demonstração de desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita que apresenta um total de receita cobrada líquida de 2.695.490,10 € (taxa de execução de 63,79%), a demonstração da execução orçamental das despesas que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 1.845.855,51 € (taxa de execução de 42,69%) e a demonstração da execução do plano plurianual de investimentos, no total de 2.480,36€.

1.3.Contas Consolidadas

O método de consolidação adotado na consolidação de contas do Município de Felgueiras foi o de consolidação integral, o qual consiste na integração no balanço e demonstração de resultados da entidade consolidante os elementos respetivos dos balanços e demonstrações de resultados das entidades consolidadas.

Através da análise do balanço pretende-se retratar a estrutura económico-financeira, apresentando a situação do património do Grupo Municipal à data de encerramento do exercício de 2024, dando a conhecer, por um lado, o Ativo do Grupo Municipal, constituído pelos seus bens e direitos, e por outro lado, o Capital Próprio do Grupo e as obrigações constituído pelo Passivo.

O quadro que se segue apresenta os valores do Balanço Consolidado, Dívidas a Terceiros e Resultado Líquido, que permitem verificar o forte peso do Município de Felgueiras no total do Grupo Municipal.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Quadro 3	Grupo municipal		Município		Município (%)	
	2023	2024	2023	2024	2023	2024
Total do Balanço	227 741 861,37 €	238 734 618,67 €	218 422 479,70 €	228 725 490,99 €	96%	96%
Dívidas a Terceiros	25 410 508,90 €	25 980 216,42 €	24 094 955,62 €	23 183 993,33 €	95%	89%
Resultado Líquido	3 203 418,92 €	10 958 710,06 €	2 570 655,80 €	10 725 575,56 €	80%	98%

As demonstrações financeiras devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa deve ser incluída na informação narrativa e descritiva a constar em nota às demonstrações financeiras quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras.

As dívidas a terceiros de 2024 em termos de SNC-AP compreendem os seguintes itens:

Quadro 4	Valores (€)	
	2024	2023
Financiamentos obtidos - M/L prazo	8 457 606,61 €	9 911 646,16 €
Fornecedores	384 800,01 €	2 848 871,75 €
Estado e outros entes públicos	504 998,25 €	528 602,55 €
Financiamentos obtidos - C/prazo	2 356 839,64 €	1 346 550,35 €
Fornecedores de investimentos	629 147,91 €	24 252,12 €
Outras contas a pagar	13 646 824,00 €	10 750 585,97 €
TOTAL	25 980 216,42 €	25 410 508,90 €

1.4. Factos relevantes ocorridos após o Encerramento do Exercício

A invasão da Ucrânia no final do mês de fevereiro do ano 2022 e a prorrogação no tempo do conflito armado, teve impactos significativos que afetaram as entidades a nível global, gerando um elevado grau de incerteza, que se prolongou durante o ano de 2024, e se mantém no ano em curso.

Os impactos devem ser revistos regularmente tendo em consideração a imprevisibilidade da duração e consequências da guerra. A manutenção do conflito israelo-palestiniano, poderá afetar a produção e exportação de petróleo, porque naquela região existem fornecedores cruciais de energia e uma passagem marítima fundamental, pondo em causa a economia Mundial que ainda está a recuperar a inflação causada pela invasão da Ucrânia por parte da Rússia no ano passado, com reflexos nos preços da energia em todo o Mundo.

Por outro lado, a tensão existente entre a China e Taiwan, e o potencial envolvimento dos Estados Unidos, poderá ter um impacto económico relevante, dado que Taiwan é o maior produtor de




semicondutores mundial usados na produção de *chips* (um componente essencial na produção de alta tecnologia, incluindo sistemas de inteligência artificial).

A mais recente “guerra” comercial iniciada pela administração do Estados Unidos da América, através do aumento dos direitos aduaneiros sobre os produtos importados, elevou para níveis exponenciais a incerteza, provocando o alvoroço nos mercados mundiais.

A existência simultânea de conflitos em diferentes continentes, agravados pela guerra comercial das tarifas aduaneiras configuram um enquadramento internacional que intensificam o clima de incerteza instalado nos meses anteriores, pelas implicações económicas e financeiras relevantes na atividade e gestão das instituições.

Estes acontecimentos desfavoráveis mantêm-se após data de relato de 31 de dezembro de 2024, e, portanto, os factos descritos não são suscetíveis de modificar as demonstrações financeiras.

A EPF, E.M., na nota 17 (acontecimentos após a data de relato) do anexo às Demonstrações Financeiras, referente ao período de 2024, informa que *“a notificação do projeto de aprovação da candidatura dos Cursos Profissionais do ano letivo 2024/2025, que compreende setembro/2024 a agosto/2025 apresentada em outubro de 2024, foi recebida no início de fevereiro de 2025, cuja assinatura do termo de aceitação ocorreu de imediato. O contrato programa referente ao exercício de 2024 foi assinado em 14 de março de 2025”. E acrescenta que, “após a data do balanço, mas antes da data de aprovação das presentes demonstrações financeiras, foi formalizada, por deliberação do sócio único, a realização de uma transferência financeira no montante de 134.000 euros, destinada a repor o equilíbrio financeiro da EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M., Unipessoal, Lda, nos termos do artigo 40.º, n.º 2 da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. Esta medida foi previamente antecipada pela gerência, que, com base em elementos contabilísticos atualizados e previsões consistentes, estimava um resultado líquido negativo no exercício de 2024 e tinha já a expectativa razoável da sua aprovação. Por esse motivo, e em conformidade com a NCFR 24, trata-se de um evento subsequente ajustável, que se encontra refletido nas demonstrações financeiras o exercício de 2024. A concretização da transferência permitirá que o resultado do exercício apresente um valor próximo de zero, evidenciando o equilíbrio entre rendimentos e gastos.”* Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Felgueiras, 2 de junho de 2025

Presidente da Câmara Municipal


Nuno Alexandre Martins da Fonseca



2. Demonstrações financeiras consolidadas

2.1. Balanço consolidado

(avançar para a página seguinte)

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
ATIVO			
Ativo não corrente		205 951 857,11 €	203 085 231,71 €
Ativos fixos tangíveis	5	203 305 932,63 €	200 738 796,26 €
Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis	3	694 651,44 €	396 007,30 €
Participações financeiras	18.1 A	1 947 582,90 €	1 947 582,90 €
Outros ativos financeiros	18.1 A	3 690,14 €	2 845,25 €
Clientes, contribuintes e utentes		0,00 €	0,00 €
Outras contas a receber		0,00 €	0,00 €
Ativo corrente		32 782 761,56 €	24 656 629,66 €
Inventários	10	108 356,66 €	239 269,23 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18.1 B	765 598,24 €	2 224 538,51 €
Clientes, contribuintes e utentes	18.1 B	2 516 777,96 €	2 078 235,02 €
Estado e outros entes públicos	18.1 B	19 417,97 €	10 452,03 €
Outras contas a receber	18.1 B	16 009 478,15 €	11 395 548,94 €
Diferimentos	18.1 B	61 177,81 €	211 363,81 €
Caixa e depósitos	1	13 301 954,77 €	8 497 222,12 €
Total Ativo		238 734 618,67 €	227 741 861,37 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património Líquido		205 179 789,54 €	192 158 023,31 €
Património/Capital	18.2	182 550 351,49 €	182 550 351,49 €
Ações (quotas) próprias		0,00 €	0,00 €
Reservas	18.2	4 087 897,57 €	3 954 022,14 €
Resultados transitados	18.2	-51 554 652,73 €	-54 059 895,16 €
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização		0,00 €	0,00 €
Outras variações no património líquido	18.2	59 137 483,15 €	56 510 125,92 €
Resultado líquido do período	18.2	10 958 710,06 €	3 203 418,92 €
Interesses que não controlam		0,00 €	0,00 €
Total Património Líquido		205 179 789,54 €	192 158 023,31 €
PASSIVO			
Passivo não corrente		15 760 116,95 €	23 453 113,19 €
Provisões	15	1 213 966,62 €	1 548 952,36 €
Financiamentos obtidos	7	8 457 606,61 €	9 911 646,16 €
Diferimentos	18.3	957 307,46 €	6 083 688,42 €
Outras contas a pagar	18.3	5 131 236,26 €	5 908 826,25 €
Passivo corrente		17 794 712,18 €	12 130 724,87 €
Fornecedores	18.3	384 800,01 €	2 848 871,75 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	18.3	0,00 €	450 000,02 €
Estado e outros entes públicos	18.3	504 998,25 €	528 602,55 €
Financiamentos obtidos	7	2 356 839,64 €	1 346 550,35 €
Fornecedores de investimentos	18.3	629 147,91 €	24 252,12 €
Outras contas a pagar	18.3	8 515 587,74 €	4 841 759,72 €
Diferimentos	18.3	5 403 338,63 €	2 090 688,36 €
Total Passivo		33 554 829,13 €	35 583 838,06 €
Total Património Líquido e Passivo		238 734 618,67 €	227 741 861,37 €

[illegible]

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



2.2. Demonstração consolidada de resultados por natureza

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Impostos, contribuições e taxas	14	14 844 654,40 €	12 694 551,01 €
Vendas	13	2 606 046,11 €	2 424 610,76 €
Prestações de serviços e concessões	13	6 589 545,33 €	6 304 082,68 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	14	27 393 579,43 €	24 206 003,93 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimento		0,00 €	0,00 €
Variações nos inventários da produção		0,00 €	0,00 €
Trabalhos para a própria entidade		0,00 €	0,00 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	10	-2 199 373,83 €	-563 516,10 €
Fornecimentos e serviços externos	23.1	-17 213 300,44 €	-18 088 811,87 €
Gastos com pessoal	19	-18 173 440,03 €	-16 942 524,49 €
Transferências e subsídios concedidos	23.2	-5 584 096,66 €	-3 816 086,84 €
Prestações sociais		0,00 €	0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		32 393,42 €	0,00 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	-569 998,25 €	132 159,73 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	334 985,74 €	-334 624,70 €
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00 €	0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor	18.1	0,00 €	-5 000,00 €
Outros rendimentos	13/14	11 911 158,02 €	5 169 845,63 €
Outros gastos		-756 876,91 €	-316 274,34 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		19 215 276,33 €	10 864 415,40 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	-7 865 209,36 €	-7 201 189,14 €
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)			
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		11 350 066,97 €	3 663 226,26 €
Juros e rendimentos similares obtidos	13	194 199,15 €	19 573,18 €
Juros e gastos similares suportados	7	-582 354,00 €	-445 326,62 €
Resultado antes de impostos		10 961 912,12 €	3 237 472,82 €
Imposto sobre o rendimento		-3 202,06 €	-34 053,90 €
Resultado líquido do período		10 958 710,06 €	3 203 418,92 €

RENDIMENTOS E GASTOS	Movimentos de consolidação						Consolidado 2024
	Município de Faigueiras	ACLEM	EPF	Soma 2024	Observações		
					Município de Faigueiras	ACLEM	
Impostos, contribuições e taxas	14 844 654,40 €	0,00 €	0,00 €	14 844 654,40 €		0,00 €	14 844 654,40 €
Vendas	2 606 046,11 €	0,00 €	0,00 €	2 606 046,11 €		0,00 €	2 606 046,11 €
Prestações de serviços e concessões	6 533 485,14 €	56 136,25 €	0,00 €	6 589 621,39 €	-76,06 €		6 589 545,33 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	25 967 741,36 €	660 000,00 €	1 559 839,07 €	28 187 579,43 €	-660 000,00 €	-134 000,00 €	27 393 579,43 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00 €			0,00 €			0,00 €
Variações nos inventários de produção	0,00 €	0,00 €		0,00 €			0,00 €
Trabalhos para a própria entidade	0,00 €	0,00 €		0,00 €			0,00 €
Custo das mercadorias vendidas, das matérias consumidas e dos inventários transferidos	-2 193 488,12 €	0,00 €	-5 885,71 €	-2 199 373,83 €		0,00 €	-2 199 373,83 €
Fornecimentos e serviços externos	-16 120 021,91 €	-563 639,99 €	-549 373,93 €	-17 233 035,83 €	19 659,33 €	76,06 €	-17 213 300,44 €
Gastos com pessoal	-17 157 521,22 €	-121 386,75 €	-894 529,06 €	-18 173 440,03 €		0,00 €	-18 173 440,03 €
Transferências e subsídios concedidos	-6 609 144,96 €	0,00 €		-6 609 144,96 €	1 025 048,30 €		-5 584 096,66 €
Prestações sociais	0,00 €	0,00 €		0,00 €			0,00 €
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	32 393,42 €	0,00 €		32 393,42 €			32 393,42 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	-569 998,25 €	0,00 €		-569 998,25 €			-569 998,25 €
Provisões (aumentos/reduções)	333 184,48 €	1 801,25 €		334 985,74 €			334 985,74 €
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €	0,00 €		0,00 €			0,00 €
Aumentos/reduções de justo valor	0,00 €	0,00 €		0,00 €			0,00 €
Outros rendimentos	11 752 473,14 €	236 072,12 €	14 227,09 €	12 002 772,35 €	-71 955,00 €	-9 859,33 €	11 911 158,02 €
Outros gastos	-741 512,15 €	-13 255,51 €	-74 064,25 €	-828 831,91 €			-756 876,91 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	18 678 261,45 €	255 724,37 €	50 212,21 €	18 984 228,03 €		0,00 €	18 215 276,33 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	-7 577 290,11 €	-239 942,59 €	-47 976,66 €	-7 865 209,36 €		0,00 €	-7 865 209,36 €
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)	0,00 €			0,00 €			0,00 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	11 101 001,34 €	15 781,78 €	2 235,55 €	11 118 018,67 €		0,00 €	11 350 066,97 €
Juros e rendimentos similares obtidos	184 199,15 €			184 199,15 €		0,00 €	184 199,15 €
Juros e gastos similares suportados	-569 624,93 €	-11 476,40 €	-1 252,67 €	-582 354,00 €		0,00 €	-582 354,00 €
Resultado antes de impostos	10 725 575,56 €	4 305,38 €	982,88 €	10 730 863,82 €		0,00 €	10 861 812,12 €
Imposto sobre o rendimento	-2 708,21 €	-493,65 €	-493,65 €	-3 202,06 €		0,00 €	-3 202,06 €
Resultado líquido do período	10 725 575,56 €	1 597,17 €	489,03 €	10 727 661,76 €	-679 859,33 €	231 048,30 €	10 868 710,08 €



2.3. Demonstração consolidada das alterações no património líquido (DAPL)
de 2024



(avançar para a página seguinte)

DAPL - DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA

Período
01/01/2024
31/12/2024

Ano
2024

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla												Interesses que não controlam	TOTAL	Resultado líquido do período	Outras vars. no património líquido	Excedentes de revalorização	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultados transferidos	Reservas	Prémios de emissão	Outros instrum. de capital próprio	Ações (quotas) próprias	Capital / Património subscrito
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		182 550 351,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 954 022,14 €	-54 059 895,16 €	0,00 €	0,00 €	56 510 125,92 €	3 203 418,92 €	0,00 €	192 158 023,31 €	3 203 418,92 €	56 510 125,92 €	0,00 €	0,00 €	-54 059 895,16 €	3 954 022,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182 550 351,49 €	0,00 €	192 158 023,31 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO																									
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-103 387,16 €	0,00 €	0,00 €	4 639 406,94 €	-3 203 418,92 €	0,00 €	1 337 943,50 €	-3 203 418,92 €	4 639 406,94 €	0,00 €	0,00 €	-103 387,16 €	5 342,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 337 943,50 €
Alterações de políticas contabilísticas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Realização do excedente de revalorização		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Excedentes de revalorização e respetivas variações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Transferências e subsídios de capital		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 726 476,66 €	0,00 €	4 726 476,66 €	4 726 476,66 €	0,00 €	4 726 476,66 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 726 476,66 €
Correção de erros materiais		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 342,64 €	-103 387,16 €	0,00 €	0,00 €	-87 069,72 €	-3 203 418,92 €	0,00 €	-3 388 533,16 €	-3 203 418,92 €	-87 069,72 €	0,00 €	0,00 €	-103 387,16 €	5 342,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 388 533,16 €
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 958 710,06 €	0,00 €	10 958 710,06 €	10 958 710,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	10 958 710,06 €
RESULTADO INTEGRAL		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 342,64 €	-103 387,16 €	0,00 €	0,00 €	4 639 406,94 €	7 755 291,14 €	0,00 €	12 296 653,56 €	7 755 291,14 €	4 639 406,94 €	0,00 €	0,00 €	-103 387,16 €	5 342,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 296 653,56 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	128 532,79 €	2 608 629,59 €	0,00 €	0,00 €	-2 012 049,71 €	0,00 €	0,00 €	725 112,67 €	0,00 €	-2 012 049,71 €	0,00 €	0,00 €	2 608 629,59 €	128 532,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	725 112,67 €
Subscrições de capital/património		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Entradas para cobertura de perdas		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	204 897,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	204 897,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	204 897,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	204 897,26 €
Outras operações		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	128 532,79 €	2 403 732,33 €	0,00 €	0,00 €	-2 012 049,71 €	0,00 €	0,00 €	520 215,41 €	0,00 €	-2 012 049,71 €	0,00 €	0,00 €	2 403 732,33 €	128 532,79 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	520 215,41 €
Subscrições de prémios de emissão		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		182 550 351,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 067 897,57 €	-51 554 652,73 €	0,00 €	0,00 €	59 137 483,15 €	10 958 710,06 €	0,00 €	205 179 789,54 €	10 958 710,06 €	59 137 483,15 €	0,00 €	0,00 €	-51 554 652,73 €	4 067 897,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	182 550 351,49 €	0,00 €	205 179 789,54 €






[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

2.4. Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

(avançar para a página seguinte)

DFC - DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

PERÍODO

2024/01/01 - 2024/12/31

ANO

2024

Rubricas	Notas	Datas	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		8 165 224,19 €	8 069 832,29 €
Recebimentos de contribuintes		11 733 047,99 €	10 797 714,86 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		26 357 954,90 €	24 180 865,77 €
Recebimentos de utentes		1 647 137,17 €	1 190 514,04 €
Pagamentos a fornecedores		-18 049 567,92 €	-17 585 174,46 €
Pagamentos ao pessoal		-17 853 142,65 €	-16 403 430,52 €
Pagamentos a contribuintes / Utes		0,00 €	0,00 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-5 182 853,35 €	-5 067 681,81 €
Pagamentos de prestações sociais		-2 220,56 €	-32 021,38 €
Caixa gerada pelas operações		6 815 579,77 €	5 150 618,79 €
Pagamento do imposto sobre o rendimento		-34 312,97 €	-8 279,76 €
Outros recebimentos/pagamentos		-1 674 108,98 €	-347 491,22 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		5 107 157,82 €	4 794 847,81 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-18 902 584,31 €	-15 164 980,76 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-501 381,38 €	-81 737,58 €
Pagamentos - Investimentos financeiros		0,00 €	-324,96 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		11 980 000,75 €	3 684 000,25 €
Recebimentos - Ativos intangíveis		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Propriedades de investimento		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Investimentos financeiros		0,00 €	167,81 €
Recebimentos - Outros ativos		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		25 500,00 €	165 788,65 €
Recebimentos - Transferências de capital		7 477 632,47 €	6 484 952,90 €
Recebimentos - Juros e rendimentos similares		0,00 €	0,00 €
Recebimentos - Dividendos		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		79 167,53 €	-4 912 133,69 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos		1 081 917,91 €	1 786 181,59 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		31 196,77 €	10 077,68 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-1 026 797,92 €	-874 719,30 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-467 909,46 €	-361 669,50 €
Pagamentos - Outras operações de financiamento		0,00 €	0,00 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-381 592,70 €	559 870,47 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		4 804 732,65 €	442 584,59 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		8 497 222,12 €	8 054 637,53 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		13 301 954,77 €	8 497 222,12 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		8 497 222,12 €	8 054 637,53 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		8 497 222,12 €	8 054 637,53 €
SGA De execução orçamental		6 837 457,00 €	5 921 168,54 €
SGA De operações de tesouraria		1 659 765,12 €	2 133 468,99 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período	1	13 301 954,77 €	8 497 222,12 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		13 301 954,77 €	8 497 222,12 €
SGS De execução orçamental		11 465 937,28 €	6 837 457,00 €
SGS De operações de tesouraria		1 836 017,49 €	1 659 765,12 €

2.5. Memória descritiva dos movimentos de consolidação de contas

Lançamento	Operação	Descrição	Valores
A	Transferência da CM para ACLEM	Contrato programa ACLEM	495 000,00 €
B	FSE que a ACLEM presta à CM	Contrato arrendamento urbano para fim não habitacional da ACLEM à CM	19 659,33 €
C	Investimentos financeiros por conta do capital social das empresas	ACLEM	2 134 287,00 €
D		EPF	376 000,00 €
E	Pagamento de prejuízos da EPF	2013 + 2014	159 974,10 €
F		2023	204 897,26 €
G	Rendimentos a reconhecer	Subsídios ACLEM	1 466 822,86 €
H	Reconhecimento de obrigação - Equilíbrio de contas	EPF - Equilíbrio de contas - 2024	134 000,00 €
I	Reconhecimento de obrigação - Contrato programa 2024	EPF - Contrato programa - 2024	231 048,30 €
J	Reconhecimento da anulação do apoio realizado em 2023	EPF- anulação contrato pr	71 955,00 €
k	Rendas - Liquidação - EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Rendas - Liquidação	76,06 €
L	Acréscimo de Gasto de contrato programa CM - ACLEM - Out- dez	NTL	165 000,00 €




2.6. Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

De acordo com o estipulado no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, concretamente a Norma de Contabilidade Pública 1, que estabelece a base para a apresentação de demonstrações financeiras de finalidade geral, componentes principais do relato financeiro de uma entidade pública, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades, resumem-se nas notas seguintes as políticas contabilísticas significativas, assim como outras notas explicativas e esclarecedoras de alguns aspetos relevantes para uma melhor compreensão das demonstrações financeiras consolidadas apresentadas para o período de relato.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida na NCP 1 – Estrutura e Conteúdos das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao Grupo Municipal ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras consolidadas.

Nota 1- Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico.

1.1 Identificação do Grupo Municipal e período de relato.

O período das Demonstrações Financeiras Consolidadas é de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2024.

a) Relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação:

- Denominação e sede;

Entidade Consolidante

Nome: Município de Felgueiras

Morada: Praça da República – 4610-116 - Felgueiras

NIF: 501 091 823

Perímetro de Consolidação

Nome: ACLEM - Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. (100%)

Morada: Praça da República, 4610-116 Felgueiras

NIF: 507 974 530

Nome: EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda. (100%)

Morada: Rua dos Bombeiros Voluntários, n.º 104 Apartado 88, 4610-165 Felgueiras

NIF: 507 153 316

- Motivos da sua inclusão na consolidação com indicação, sendo caso disso, da detenção da totalidade do capital, de forma direta ou indireta;

O perímetro de consolidação do Município integra, nos termos do art.º 75º da Lei 73/2013, de 03 de setembro, (RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais) as duas entidades de natureza empresarial classificadas como empresas locais nos termos dos artigos 7º e 19º da Lei 50/2012, de 31 de agosto e nos termos da NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas, por existir controlo do Município sobre as duas entidades. Controlo, significa que uma entidade controla outra entidade quando está exposta, ou tem direitos, a benefícios variáveis decorrentes do seu envolvimento com outra entidade e tem a capacidade de influenciar a natureza e a quantia desses benefícios através do poder que exerce sobre a outra entidade.

- Número médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício, repartido por categorias.

Município: 827

ACLEM: 5

EPF: 31

b) Relativamente às entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação:

- Denominação e sede;

Nome: EHF, S.A. – Empresa Hidroelétrica de Felgueiras, S.A. (49%)

Morada: Praça da República – Apartado 156 4610-116 Felgueiras

NIF: 507 153 316

Nome: PTT – Parque Tecnológico do Tâmega, S.A. (10%)

Morada: Praça da República – Apartado 232 4610-116 Felgueiras

NIF: 507 811 623

Nome: Águas do Douro e Paiva, S.A. (1,15%)

Morada: Edifício Scala - Rua de Vilar, N.º235 - 5º 4050-626 Porto

NIF: 514 310 774



AM
J
R

Nome: Carnagri – Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A. (0,84%)

Morada: Lugar da Carreira de Tiro – Bustelo 4564-909 Penafiel

NIF: 501 831 814

Nome: Águas do Norte, S.A. (0,46%)

Morada: Av. Osnabruck, 29 5000-427 Vila Real

NIF: 513 606 084

Nome: FAM – Fundo de Apoio Municipal (0,19%)

Morada: Rua Gregório Lopes, Lote 1514, R/C, 1400-195 Lisboa

NIF: 513 319 182

- Motivos da sua exclusão do perímetro de consolidação com indicação da proporção do capital detido, direta ou indiretamente.

Estas empresas ficam excluídas do perímetro de consolidação, uma vez que não reúnem os requisitos que constam no art.º 75 do RFALEI - Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e nos termos da NCP 22 — Demonstrações Financeiras Consolidadas.

1.2 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras consolidadas

a) Indicação de que foi aplicado o referencial contabilístico SNC-AP e justificação das disposições deste normativo que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados do Grupo Municipal.

As demonstrações financeiras consolidadas do exercício foram preparadas, em todos os seus aspetos materiais, sem prejuízo do referido nos parágrafos seguintes, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, sendo aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP), de acordo com o pressuposto da continuidade e com o regime de acréscimo.



Inclui o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

No decorrer do exercício, não existiram quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista no Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

b) Indicação e comentário das contas do balanço consolidado e da demonstração consolidadas dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes nas demonstrações financeiras a 31/12/2024 são comparáveis com os valores a 31/12/2023.

c) Comentário do órgão de gestão sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estejam disponíveis para uso

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários. De acordo com o artigo 68.º do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, aprovado pelo executivo municipal em 08/09/2021, a importância em numerário existente em caixa, não deverá ultrapassar o montante adequado às necessidades diárias da Autarquia, sendo este montante definido anualmente pelo Presidente da Câmara Municipal.

d) De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes.

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários.

Quadro 1 – Desagregação de caixa e depósitos

Em 31 de dezembro de 2024 a desagregação dos saldos de caixa e depósitos do grupo municipal apresentava a seguinte distribuição:

Conta	2024		2023	
	Euros		Euros	
Caixa		16 950,29 €		7 128,49 €
Depósitos à ordem		11 310 197,97 €		3 593 641,71 €
Depósitos à ordem no Tesouro	0,00 €		0,00 €	
Depósitos bancários à ordem	11 310 197,97 €		3 593 641,71 €	
Depósitos a prazo		0,00 €		0,00 €
Depósitos consignados		174 301,73 €		3 271 864,06 €
Depósitos de garantias e Cauções		1 800 504,78 €		1 624 587,86 €
Total de caixa e depósitos		13 301 954,77 €		8 497 222,12 €

Nota 2 – Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas a partir dos registos contabilísticos de acordo com o SNC-AP.

Ativos fixos intangíveis

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas e qualquer perda por imparidade.

Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis estão mensurados pelo seu custo de aquisição, menos qualquer depreciação acumulada e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

O custo de um ativo fixo tangível é reconhecido se, e apenas se, for provável que fluirão para o grupo benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem, e o seu custo ou justo valor, puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando os ativos são adquiridos a título gratuito, é considerado o Valor Patrimonial Tributário (VPT) para os imóveis e o valor do mercado para os ativos tangíveis móveis.

Nas cedências para domínio Público é considerado o valor de mercado.

Os Investimentos em Curso consistem em ativos ainda em fase de construção, encontrando-se mensurados ao custo de aquisição. Estes ativos começarão a ser depreciados a partir do momento em que estejam disponíveis para uso.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em entidades controladas e associadas foram mensurados pelo custo de aquisição, segundo a NCP 21 que permite a opção pelo modelo do custo nas suas demonstrações financeiras separadas, razão pela qual se manteve a política contabilística.

Depreciações e amortizações

As depreciações e amortizações correspondem à desvalorização normal dos ativos intangíveis e dos ativos fixos tangíveis, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes (ou da linha reta) o método utilizado, considerando a vida útil que consta no CIBE para os bens adquiridos até 31/12/2019 exceto para os edifícios e outras construções e no Classificador Complementar 2 do Plano de Contas Multidimensional, publicado no Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro para os bens adquiridos após 01/01/2020 e para todos os edifícios e outras construções.

As depreciações são efetuadas no regime duodecimal nos termos acima descritos.

Acréscimos e Diferimentos

Os gastos e rendimentos são reconhecidos contabilisticamente no momento em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização do exercício.

Caixa e depósitos bancários

São expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente. No caso de ser aplicável, as disponibilidades em moeda estrangeira são expressas no balanço ao câmbio em vigor na data a que ele se reporta.

Dívidas a Receber e a Pagar

As dívidas a receber são mensuradas inicialmente pelo justo valor e, subsequentemente, mensuradas ao custo amortizado menos qualquer perda por imparidade acumulada, para que estas reflitam o valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas a pagar são mensuradas inicialmente pelo justo valor da contraprestação e mensuradas subsequentemente ao custo amortizado.

Inventários

A mensuração de inventários foi efetuada pela quantia mais baixa entre o custo e o valor realizável líquido. Foi adotado o custo médio ponderado, em que o custo de cada item é determinado a partir da média ponderada do custo de itens semelhantes no começo de um período de relato e do custo de itens semelhantes comprados durante esse período.



Benefícios aos Empregados

Os benefícios aos empregados considerados como despesas correntes incluem remunerações certas e permanentes, abonos variáveis ou eventuais, contribuições e outros encargos para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e outros encargos sociais.

Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

Foi utilizada a estimativa do risco fornecida pelos diversos Advogados, sendo que o respetivo valor engloba o valor do processo, custos judiciais e juros compensatórios.

As provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado, é provável que seja exigido um exfluxo de recursos e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

O passivo contingente não é reconhecido, mas divulgado (exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço).

Relativamente aos ativos contingentes, estes apenas são divulgados e não reconhecidos (quando seja provável a existência de um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviços).

Imparidade de Ativos

A quantia escriturada de um ativo será reduzida para a sua quantia recuperável de serviço se, e apenas se, a quantia recuperável de serviço for menor do que a quantia escriturada, devendo a imparidade ser imediatamente reconhecida nos resultados.

Rendimentos e Gastos

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber.

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que derivem para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Os gastos são mensurados pelo custo de aquisição dos bens ou serviços.

Rendimentos de transações com e sem contraprestação

O principal aspeto na contabilização do rendimento é determinar quando se deve reconhecê-lo. Como tal, este é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Uma transação com contraprestação é aquela em que a entidade recebe ativos ou serviços, ou extingue passivos, e dá em troca à outra parte um valor aproximadamente igual. Por outro lado, numa transação sem contraprestação, uma entidade ou recebe valor de uma outra entidade sem

dar diretamente em troca valor aproximadamente igual, ou dá valor a uma outra entidade sem receber diretamente em troca valor aproximadamente igual. Na distinção dos rendimentos deve ser considerada a substância das transações em vez da sua forma.

Os rendimentos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou que se espera receber à data de aquisição.

Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto no período em que são suportados independentemente de como esses empréstimos são aplicados, de acordo com o regime de acréscimo.

Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica, isto é, um ativo que necessita de um período substancial de tempo para ficar disponível para o uso pretendido ou para venda, são capitalizados como parte do custo desse ativo quando for provável que deles resultem benefícios económicos futuros ou potencial de serviço para a entidade e os custos possam ser mensurados com fiabilidade.

Acontecimentos após a data de relato

Os eventos ocorridos entre a data de relato consolidado (data do balanço consolidado) e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras consolidadas que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço consolidado são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço consolidado que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço consolidado, se materiais, são divulgados nas notas.

Instrumentos Financeiros

A NCP 18, define instrumento financeiro como um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento de capital próprio de outra entidade. A aquisição de ações ou quotas próprias deve ser reconhecida como dedução ao capital próprio, pelo justo valor da retribuição paga pelos respetivos instrumentos de capital próprio, que corresponde ao preço de aquisição das ações.

Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os acordos de concessão de serviços envolvem o concessionário que proporciona serviços públicos relacionados com um ativo de concessão em nome do concedente. O Grupo Municipal deve reconhecer um ativo construído, melhorado ou adquirido no âmbito de acordos de concessão de serviços, desde que o Grupo Municipal, enquanto concedente detenha o controlo ou regule quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar, e a que preço, controlando ainda, através da propriedade, o direito aos benefícios ou por outra forma,

AM
8
R

qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Este ativo deverá ser reconhecido pelo seu justo valor. Se se tratar de um ativo já existente do concedente, que o concessionário vai utilizar, tal ativo deve ser reconhecido como ativo de concessão de serviços através de uma transferência da rubrica onde estava registado e pela quantia por que estava registado. Após reconhecimento ou reclassificação, conforme o caso, o ativo de concessão de serviços deve ser contabilizado de acordo com a NCP respetiva (Ativos Fixos Tangíveis ou Ativos Intangíveis), numa classe de ativos separada.

Quando se reconhece um ativo de concessão de serviços, deve reconhecer-se um passivo pela mesma quantia, ajustado de eventual remuneração do concedente ao concessionário ou vice-versa. Se se tratar de um ativo de concessão de serviços já existente do concedente, não se reconhece qualquer passivo (exceto se existir qualquer nova obrigação).

2.2 Outras políticas contabilísticas consideradas relevantes

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas teve em consideração os seguintes princípios:

Continuidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com o pressuposto de que o Grupo Municipal de Felgueiras continuará a sua atividade.

Regime do Acréscimo ou da Periodização Económica

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Consistência de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são consistentes de um período para o outro, quer ao nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem.

Materialidade e Agregação

Uma informação é materialmente relevante se influenciar as decisões económicas, com base nas demonstrações financeiras consolidadas, tomadas por parte dos seus utilizadores.

Compensação

Os ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, não devem ser compensados.

Informação Comparativa

As demonstrações financeiras consolidadas devem permitir uma análise comparativa com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

A informação comparativa deve ser incluída na informação narrativa e descritiva a constar em nota às demonstrações financeiras consolidadas quando for relevante para a compreensão das demonstrações financeiras consolidadas do período corrente. A informação comparativa foi divulgada em observação ao período anterior para as quantias relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3 Julgamento (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacte nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Não foram efetuados juízos de valor.

2.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos, durante o ano financeiro seguinte)

As demonstrações financeiras do Grupo foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações. Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos do Grupo são considerados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas e no caso de ser materialmente relevantes serão divulgadas no presente anexo.

2.5 Aplicação inicial de uma NCP com efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, ou pudesse ter tais efeitos, mas é impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou com efeitos em períodos futuros

Não aplicável.

2.6 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante a ano financeiro seguinte)

Todas as estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, bem como, os pressupostos subjacentes, foram determinadas por referência à data do relato, no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como, na experiência de eventos passados.

Poderão existir situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva.

[Handwritten signature]

2.7 Alterações em estimativas contabilísticas com efeito no período corrente ou que se espera que tenham efeito em períodos futuros

Relativamente à arrecadação de receita, foram consideradas para o cálculo da estimativa do Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama, a média dos últimos 24 meses de recebimentos.

2.8 Erros materiais de períodos anteriores

Não foram reportados erros materiais.

Nota 3 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software e programas de computador.

As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas, após a data em que o bem se encontra disponível para uso, sendo aplicado no seu cálculo o método de quotas constantes (ou linha reta), em conformidade com o período de vida útil constante no classificador complementar 2 do PCM, publicado no anexo ao Decreto Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. Casuisticamente e sempre que se justifique a vida útil dos ativos é revista em função das qualificações exigidas para a sua operacionalidade, podendo nestes casos serem adotadas outras estimativas de amortização.

Quadro 3.1 – Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos intangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, ocorreu conforme o seguinte:

RUBRICAS (1)	2024							
	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	641 661,69 €	245 654,39 €	0,00 €	396 007,30 €	1 127 933,68 €	433 282,24 €	0,00 €	694 651,44 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	4 327,14 €	4 327,14 €	0,00 €	0,00 €	4 327,14 €	4 327,14 €	0,00 €	0,00 €
Ativos intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	645 988,83 €	249 981,53 €	0,00 €	396 007,30 €	1 132 260,82 €	437 609,38 €	0,00 €	694 651,44 €

Variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas em 2023

RUBRICAS (1)	2023							
	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Amortizações Acumuladas (3)	Perdas por Imparidade Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Amortizações Acumuladas (7)	Perdas por Imparidade Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
ATIVOS INTANGÍVEIS								
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	476 700,36 €	115 382,49 €	0,00 €	361 317,87 €	641 661,69 €	245 654,39 €	0,00 €	396 007,30 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	4 327,14 €	4 327,14 €	0,00 €	0,00 €	4 327,14 €	4 327,14 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	481 027,50 €	119 709,63 €	0,00 €	361 317,87 €	645 988,83 €	249 981,53 €	0,00 €	396 007,30 €

Quadro 3.2 – Ativos Intangíveis - quantia escriturada e variações do período

Durante o ano de 2024 ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada (2)	2024								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Variações								
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revaloriza- ções (5)	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade (7)	Amortizações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio publico, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	396 007,30 €	486 271,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-187 627,85 €	0,00 €	0,00 €	694 651,44 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	396 007,30 €	486 271,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-187 627,85 €	0,00 €	0,00 €	694 651,44 €

Ativos Intangíveis - quantia escriturada e variações do período em 2023

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada (2)	2023								Quantia escriturada final (11) – (2) – (3) – (4) – (5) – (6) – (7) – (8) – (9) – (10)
		Variações								
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de Perdas por Imparidade (6)	Perdas por Imparidade (7)	Amortizações de período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	361 317,87 €	164 961,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-130 271,90 €	0,00 €	0,00 €	396 007,30 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	361 317,87 €	164 961,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-130 271,90 €	0,00 €	0,00 €	396 007,30 €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024

Quadro 3.2A – Ativos Intangíveis – Adições

Durante o ano de 2024 ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS (1)	2024									Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Doação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outros (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	485 271,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	485 271,99 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	485 271,99 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	485 271,99 €

Ativos Intangíveis – Adições 2023

RUBRICAS (1)	2023									Total (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (6)	Doação em pagamento (7)	Locação Financeira (8)	Fusão, cisão, reestruturação (9)	Outros (10)	
ATIVOS INTANGÍVEIS										
Ativos Intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Goodwill	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Projetos de desenvolvimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Programas de computador e sistemas de informação	0,00 €	164 961,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	164 961,33 €
Propriedade industrial e intelectual	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos Intangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	0,00 €	164 961,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	164 961,33 €

Quadro 4 – Acordos de concessão de serviços: concedente

De acordo com a NCP 4 no paragrafo nº 5, são apresentadas as definições de concessão, concessionário e concedente. Sendo que uma concessão é um acordo vinculativo entre um concessionário, que usa os ativos da concessão para prestar um serviço público, em nome do concedente.

No paragrafo nº 6, indica que o concedente deve reconhecer um ativo nas suas contas, desde que tenha o controlo ou a regulamentação dos serviços que o concessionário tem de prestar e a que preço. E controla através da propriedade, direito aos benefícios ou outra forma, qualquer interesse residual no ativo no final do termo do acordo. Nos parágrafos 11 a 13 da mesma NCP, é definido que quando o concedente reconhecer um ativo de concessão dos serviços de acordo com os parágrafos 6 ou 7, o concedente deve também reconhecer um passivo.

Assim durante o ano de 2023 foi realizado o registo dos bens da concessão, tendo por conta partida o registo de um passivo, o qual refletiu o valor líquido dos bens da concessão, que esteve presente na conta 2824. De referir que numa eventual extinção ou resgate da concessão, era precisamente este montante, o valor líquido dos bens, que teria, tendencialmente, ser pago pelo Município à concessionária.

No entanto, durante o ano de 2024 foi realizado o movimento contrário, de desconhecimento do bem, de acordo com a orientação técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística em que refere que poderão não estar preenchidos os critérios para o reconhecimento de todos os ativos e passivos associados aos contratos de concessão ao abrigo da NCP 4, dado poderem existir incertezas significativas e/ou situações dependentes de eventos futuros que impedirão aquele reconhecimento. Os movimentos realizados foram os seguintes:

Os movimentos efetuados nas demonstrações financeiras individuais do Município de Felgueiras foram as seguintes:

Movimento de 2023

Descrição	Conta financeira	Débito	Crédito
Quantia Bruta do AFT	43.0.3.9.9	22 205 273,00 €	
Depreciações acumuladas do AFT	43.8.0.3.9		14 836 708,00 €
Subsídio que ainda falta reconhecer proveito diferido	59.3.1.4.9		2 329 212,00 €
Valor da QB do AFT - Valor das dep. Acumuladas do AFT - Valor do subsídio que ainda falta reconhecer proveito diferido	28.2.4.99.2		5 039 353,00 €

Movimento de 2024

Descrição	Conta financeira	Débito	Crédito
Quantia Bruta do AFT	43.0.3.9.9		22 205 273,00 €
Depreciações acumuladas do AFT	43.8.0.3.9	14 836 708,00 €	
Subsídio que ainda falta reconhecer proveito diferido	59.3.1.4.9	2 329 212,00 €	
Valor da QB do AFT - Valor das dep. Acumuladas do AFT - Valor do subsídio que ainda falta reconhecer proveito diferido	28.2.4.99.2	5 039 353,00 €	

Os contratos de concessão que o Município de Felgueiras tinha a 31 de dezembro de 2024, enquanto concedente, encontram-se elencados nos quadros seguintes:

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Recebimentos do concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão de fornecimento de água no Município de Felgueiras	AdDP - Água do Douro e Paiva, S.A	Infraestruturas municipais; Açude no rio Ferro; Captação em açude no rio Ferro; Conduta elevatória EEoA; Captação em poço no rio Vizela; Conduta Elevatória EEoB - Ro; Reservatório Ro; Estação Elevatória Eeo; Estação de tratamento (ETA) - Ro; Conduta elevatória Ro - R1; Reservatório R1 e EE1 (R1) e conduta elevatória R1 - R2	20	-	-	-	-

Acordos de concessão de serviço	Concessionário	Ativo de concessão	Período de concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão no Município de Felgueiras	E-Redes Distribuição Energia, S.A.	Redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão e as redes de iluminação pública. Postos de transformação alimentadores das redes. Postos de transformação e os direitos sobre os locais onde se encontram implantadas as redes de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 Anos				

Nota 5 – Ativos fixos tangíveis

Os bens considerados ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados pelo custo deduzidos dos gastos de depreciação e das perdas por imparidade existentes. Os ativos fixos tangíveis foram mensurados ao custo de aquisição, considerando-se como tal a soma do preço de compra com os gastos suportados direta ou indiretamente para os colocar no seu estado atual.

Acresce referir que a depreciação inicia no ano em que o bem fica disponível para uso, sendo aplicado no seu cálculo o método das quotas constantes (ou da linha reta), considerando a vida útil de referência que consta no classificador complementar (CC2), mantendo-se a vida útil dos bens adquiridos previamente à entrada em vigor do SNC-AP nos termos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (CIBE), exceto para edifícios e outras construções (imóveis e direitos do CIBE) e para os bens detidos pela EPF.

De acordo com as Notas de enquadramento do PCM, as aquisições de bens de valor unitário inferior a 100 euros são consideradas como gasto do exercício por não se considerarem materialmente relevantes.

Os bens detidos pelo Grupo, mas cedidos a terceiros em contratos comodato ou direito de superfície, permanecem em Ativos Fixos Tangíveis uma vez que o Município controla ou regula quais os serviços que prestam com os ativos, a quem tem de os prestar, e a que preço.

Os bens concessionados a terceiros, são considerados ativos fixos tangíveis através da aplicação dos critérios de reconhecimento da NCP 4.

Em 2024 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis encontra-se nos seguintes quadros:

Quadro 5.1 – Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, ocorreu conforme o seguinte:

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



RUBRICAS (1)	2024							
	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imp. Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imp. Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens do domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terras e recursos naturais	7 953 550,83 €	0,00 €	0,00 €	7 953 550,83 €	5 356 676,96 €	0,00 €	0,00 €	5 356 676,96 €
Edifícios e outras construções	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €
Infraestruturas	216 712 104,57 €	173 897 106,19 €	0,00 €	94 816 508,38 €	263 423 451,13 €	311 669 665,70 €	0,00 €	91 753 785,43 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	122 806,97 €	73 624,15 €	0,00 €	49 182,82 €	122 806,97 €	55 964,83 €	0,00 €	66 842,14 €
Outros bens do domínio público em curso	2 440 997,51 €	0,00 €	0,00 €	2 440 997,51 €	0 618 666,32 €	0,00 €	0,00 €	0 618 666,32 €
Ativos fixos em concessão								
Terras e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terras e recursos naturais	40 275 959,67 €	0,00 €	0,00 €	40 275 959,67 €	37 512 550,34 €	0,00 €	0,00 €	37 512 550,34 €
Edifícios e outras construções	94 017 037,83 €	53 207 971,08 €	0,00 €	40 814 066,75 €	96 615 316,95 €	57 419 072,96 €	0,00 €	39 195 244,00 €
Equipamento básico	10 073 627,14 €	8 397 064,79 €	0,00 €	1 676 612,35 €	10 052 136,07 €	8 682 615,83 €	0,00 €	1 369 520,24 €
Equipamento de transporte	3 305 270,69 €	2 999 375,96 €	0,00 €	331 454,73 €	3 525 679,60 €	3 150 992,61 €	0,00 €	384 676,99 €
Equipamento administrativo	3 295 257,99 €	3 711 091,20 €	0,00 €	184 146,09 €	3 861 950,01 €	3 739 678,96 €	0,00 €	122 271,05 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	451 019,46 €	264 762,12 €	0,00 €	186 257,34 €	460 381,78 €	293 776,26 €	0,00 €	166 605,52 €
Ativos fixos tangíveis em curso	11 309 626,74 €	0,00 €	0,00 €	11 309 626,74 €	12 555 639,70 €	0,00 €	0,00 €	12 555 639,70 €
Ativos fixos tangíveis adiantamentos	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €	880 751,97 €	0,00 €	0,00 €	880 751,97 €
Total	393 284 871,84 €	802 546 075,54 €	0,00 €	200 738 796,30 €	393 284 871,84 €	185 300 716,26 €	0,00 €	208 305 632,62 €

Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas ano 2023

RUBRICAS (1)	2023							
	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta (2)	Depreciações Acumuladas (3)	Perdas por Imp. Acumuladas (4)	Quantia escriturada (5) = (2) - (3) - (4)	Quantia bruta (6)	Depreciações Acumuladas (7)	Perdas por Imp. Acumuladas (8)	Quantia escriturada (9) = (6) - (7) - (8)
Bens do domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terras e recursos naturais	7 414 716,94 €	0,00 €	0,00 €	7 414 716,94 €	7 559 550,80 €	0,00 €	0,00 €	7 559 550,80 €
Edifícios e outras construções	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €
Infraestruturas	189 260 141,81 €	106 650 419,59 €	0,00 €	97 609 722,23 €	216 712 104,57 €	173 897 106,19 €	0,00 €	94 816 508,38 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	122 806,97 €	61 453,47 €	0,00 €	61 353,50 €	122 806,97 €	73 624,15 €	0,00 €	49 182,82 €
Outros bens do domínio público em curso	6 378 614,52 €	0,00 €	0,00 €	6 378 614,52 €	2 440 997,51 €	0,00 €	0,00 €	2 440 997,51 €
Ativos fixos em concessão								
Terras e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Terras e recursos naturais	36 345 545,43 €	0,00 €	0,00 €	36 345 545,43 €	40 275 959,67 €	0,00 €	0,00 €	40 275 959,67 €
Edifícios e outras construções	87 563 380,75 €	49 948 035,77 €	0,00 €	37 615 344,98 €	94 017 037,83 €	53 207 971,08 €	0,00 €	40 814 066,75 €
Equipamento básico	9 620 678,99 €	7 868 519,19 €	0,00 €	1 652 159,80 €	10 073 627,14 €	8 397 064,79 €	0,00 €	1 676 612,35 €
Equipamento de transporte	3 305 787,51 €	2 860 871,26 €	0,00 €	444 916,25 €	3 330 620,69 €	2 999 375,96 €	0,00 €	331 244,73 €
Equipamento administrativo	1 863 666,29 €	3 603 420,93 €	0,00 €	760 275,64 €	3 895 257,99 €	3 711 091,20 €	0,00 €	184 166,79 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	415 265,06 €	245 101,61 €	0,00 €	173 166,47 €	451 019,46 €	264 762,12 €	0,00 €	186 257,34 €
Ativos fixos tangíveis em curso	12 589 319,96 €	0,00 €	0,00 €	12 589 319,96 €	11 309 626,74 €	0,00 €	0,00 €	11 309 626,74 €
Ativos fixos tangíveis adiantamentos	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €
Total	257 498 946,52 €	371 337 771,88 €	0,00 €	186 161 174,64 €	393 284 871,84 €	182 546 075,54 €	0,00 €	200 738 796,30 €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Quadro 5.2 – Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período

Durante o ano de 2024 ocorreram as seguintes variações:

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada (2)	2024								Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)
		Variações no período								
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)	Diminuições (10)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	2 953 550,88 €	2 293 076,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 246 627,04 €
Edifícios e outras construções	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €
Infraestruturas	94 816 508,39 €	457 114,97 €	6 457 904,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 207 530,49 €	0,00 €	-22 205 273,00 €	97 733 785,41 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	49 127,82 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-17 259,68 €	0,00 €	0,00 €	31 868,14 €
Outros bens de domínio público em curso	2 440 997,51 €	7 255 645,90 €	-1 058 717,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	8 637 925,92 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	40 275 955,87 €	344 095,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 107 564,32 €	37 512 587,05 €
Edifícios e outras construções	40 814 066,71 €	387 474,47 €	7 218 904,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-4 277 131,78 €	0,00 €	0,00 €	44 233 313,95 €
Equipamento básico	1 676 617,86 €	751 767,89 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 473 865,51 €	0,00 €	0,00 €	1 954 520,24 €
Equipamento de transportes	333 494,73 €	204 849,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-1 511 646,05 €	0,00 €	0,00 €	326 698,62 €
Equipamento administrativo	154 166,89 €	47 693,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-104 532,75 €	0,00 €	-45,57 €	197 271,15 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	186 277,34 €	29 382,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-29 964,34 €	0,00 €	0,00 €	186 695,32 €
Ativos fixos tangíveis em curso	11 389 039,74 €	8 746 785,69 €	-7 379 931,73 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 755 893,70 €
Ativos fixos tangíveis adiantamentos	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	899 751,97 €
Total	200 732 796,76 €	20 170 859,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 159 180,05 €	0,00 €	-25 317 873,65 €	203 305 932,63 €

O valor das transferências internas da entidade corresponde à passagem de ativos fixos tangíveis em curso para fixo, de empreitadas que ficaram concluídas durante o presente exercício no Município.

Ativos fixos tangíveis – quantia escriturada e variações do período em 2023

RUBRICAS (1)	Quantia escriturada (2)	2023							Quantia escriturada final (11) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10)	
		Adições (3)	Transferências internas à entidade (4)	Revalorizações (5)	Reversões de perdas por imparidade (6)	Perdas por imparidade (7)	Depreciações do período (8)	Diferenças cambiais (9)		Diminuições (10)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	2 414 716,94 €	558 347,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-14 514,00 €	2 958 550,80 €
Edifícios e outras construções	4 816 242,60 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 816 242,60 €
Infraestruturas	82 609 722,23 €	16 853 190,55 €	12 600 371,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-17 246 776,61 €	0,00 €	0,00 €	94 816 508,39 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	61 403,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-12 280,68 €	0,00 €	0,00 €	49 122,82 €
Outros bens de domínio publico em curso	6 378 614,52 €	2 578 010,87 €	-6 318 194,94 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-197 432,94 €	2 440 997,51 €
Ativos fixos em concessão										
Terrenos e recursos naturais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00 €
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00 €
Infraestruturas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	36 345 545,43 €	4 161 054,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-230 640,90 €	40 275 959,67 €
Edifícios e outras construções	37 615 344,52 €	5 462 319,25 €	991 338,33 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 254 935,35 €	0,00 €	0,00 €	40 814 066,75 €
Equipamento básico	1 652 159,83 €	453 003,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-428 545,12 €	0,00 €	0,00 €	1 676 617,86 €
Equipamento de transporte	444 911,25 €	25 038,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-138 454,70 €	0,00 €	0,00 €	331 494,73 €
Equipamento administrativo	250 275,66 €	31 361,40 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-107 670,97 €	0,00 €	0,00 €	184 166,09 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	173 166,47 €	32 751,38 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-19 649,51 €	0,00 €	0,00 €	186 277,34 €
Ativos fixos tangíveis em curso	12 589 319,96 €	6 073 234,98 €	-7 273 515,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 389 039,74 €
Ativos fixos tangíveis adiantamentos	799 751,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	799 751,97 €
Total	186 161 174,88 €	36 228 012,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-21 208 303,94 €	0,00 €	-442 586,94 €	200 738 796,26 €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Quadro 5.2A – Ativos Fixos Tangíveis – Adições

Durante 2024 ocorreram as seguintes adições:

RUBRICAS (1)	2024										Total (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)	
	Intemas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Adições								Outros (11)
				Transferências ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Doação em pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)			
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural												
Terras e recursos naturais	0,00 €	1 056 931,42 €	0,00 €	0,00 €	11 647,00 €	330,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 379 164,97 €	2 399 076,16 €	
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Infraestruturas	0,00 €	36 785,58 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	420 329,79 €	457 115,97 €	
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Bens de domínio público em curso	0,00 €	7 759 645,90 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 759 645,90 €	
Ativos fixos em concessão												
Terras e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros ativos fixos tangíveis												
Terras e recursos naturais	0,00 €	9 555,00 €	0,00 €	0,00 €	334 540,50 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	344 095,50 €	
Edifícios e outras construções	0,00 €	778 805,64 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	106 648,93 €	885 454,57 €	
Equipamento básico	0,00 €	753 514,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	28 753,32 €	1 535 782,46 €	
Equipamento de transporte	0,00 €	180 118,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 731,39 €	264 849,91 €	
Equipamento administrativo	0,00 €	42 683,16 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	42 683,16 €	
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	
Outros	0,00 €	26 705,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 456,89 €	34 162,41 €	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	9 746 755,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 746 755,65 €	
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	70 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	70 000,00 €	
Total	0,00 €	19 440 547,10 €	0,00 €	0,00 €	346 187,50 €	330,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 379 164,97 €	20 726 015,97 €	

Ativos Fixos Tangíveis – Adições em 2023

RUBRICAS (1)	2023										TOTAL (12) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6) + (7) + (8) + (9) + (10) + (11)
	Internas (2)	Compra (3)	Cessão (4)	Transferências ou troca (5)	Expropriação (6)	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado (7)	Doação em pagamento (8)	Locação Financeira (9)	Fusão, cisão, reestruturação (10)	Outros (11)	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terras e recursos naturais	0,00 €	547 089,37 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	11 758,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	558 847,91 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	16 853 190,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 853 190,95 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	7 578 010,87 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 578 010,87 €
Ativos fixos em concessão											
Terras e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis											
Terras e recursos naturais	0,00 €	2 728 336,75 €	0,00 €	0,00 €	1 932 717,49 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	4 661 054,24 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	5 462 319,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 462 319,75 €
Equipamento básico	0,00 €	447 662,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 140,44 €	453 003,15 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	25 038,18 €	25 038,18 €
Equipamento administrativo	0,00 €	29 147,65 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	2 413,75 €	31 561,40 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	16 017,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	16 017,00 €
Outros	0,00 €	20 199,81 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	20 199,81 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	6 069 169,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 069 169,52 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	6 069 169,52 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 069 169,52 €
Total	0,00 €	34 751 943,86 €	0,00 €	0,00 €	1 932 717,49 €	11 758,54 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	32 592,37 €	36 728 512,26 €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Quadro 5.2B – Ativos Fixos Tangíveis – diminuições

Durante 2024 ocorreram as seguintes diminuições:

RUBRICAS (1)	2024					
	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-22 205 273,00 €	-22 205 273,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-3 107 504,83 €	-3 107 504,83 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-45,82 €	-45,82 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-25 312 823,65 €	-25 312 823,65 €

Ativos Fixos Tangíveis – diminuições ano 2023

RUBRICAS (1)	2023					
	Diminuições					
	Alienação a título oneroso (2)	Transferência ou troca (3)	Devolução ou reversão (4)	Fusão, cisão, reestruturação (5)	Outras (6)	Total (7) = (2) + (3) + (4) + (5) + (6)
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-14 514,00 €	-14 514,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Bens de domínio público em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-197 432,94 €	-197 432,94 €
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Infraestruturas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Património histórico, artístico e cultural	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos em concessão em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	-83 880,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-146 760,00 €	-230 640,00 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento básico	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento de transporte	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamento administrativo	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equipamentos biológicos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outros	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	-83 880,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-358 706,94 €	-442 586,94 €

Handwritten signature and initials in blue ink.

Quadro 5.3 – Variação do excedente de revalorização

Não aplicável.

Nota 6 – Locações

Não existem locações financeiras.

Nota 7 – Custo de Empréstimos obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos como os juros e/ou outros gastos incorridos com a obtenção de empréstimos, são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo, exceto nas situações em que são diretamente imputáveis à aquisição, construção ou produção de um ativo cujo período de tempo para ficar pronto para uso seja substancial.

Quadro 7.1 - Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

Designação das contas	Endividamento de Médio e Longo Prazo				Eliminação de créditos/ Dívidas recíprocas	Grupo consolidado
	MF	ACLEM	EPF	Total		
Empréstimos						
Passivo não corrente	8 224 511,95 €	233 094,66 €	- €	8 457 606,61 €	- €	8 457 606,61 €
Passivo corrente	1 131 720,79 €	25 000,00 €	1 200 118,85 €	2 356 839,64 €		2 356 839,64 €
Total	9 356 232,74 €	258 094,66 €	1 200 118,85 €	10 814 446,25 €	- €	10 814 446,25 €

No quadro seguinte apresentamos o detalhe dos empréstimos obtidos pelo grupo municipal:

(avançar para a página seguinte)

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024

Quadro 7.1 — Empréstimos obtidos – Empréstimos bancários

Entidade	Data do contrato	Data de vício do TC	Prazo do contrato	Capital		Pagamento de anos anteriores		Total		Pagamentos do ano			Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Total			
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	25/05/2016	2016/11/03	15	5 200 000,00 €	4 558 059,23 €	1 753 099,71 €	302 581,71 €	2 055 681,42 €	2 055 681,42 €	350 619,94 €	136 800,50 €	487 420,44 €	- €	2 804 955,52 €	2 454 339,58 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	28/02/2018	2019/06/07	10	700 000,00 €	700 000,00 €	416 809,73 €	59 879,53 €	476 689,26 €	476 689,26 €	82 082,44 €	13 317,07 €	95 399,51 €	- €	283 190,27 €	201 107,83 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	29/12/2020	2021/01/28	15	3 000 000,00 €	3 000 000,00 €	60 000,00 €	89 448,94 €	149 448,94 €	149 448,94 €	240 000,00 €	136 017,98 €	376 017,98 €	- €	2 940 000,00 €	2 700 000,00 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	11/10/1997	1997/11/03	25	328 180,00 €	311 653,48 €	304 568,45 €	74 034,39 €	378 602,84 €	378 602,84 €	7 085,03 €	136,34 €	7 221,37 €	- €	7 167,80 €	- €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	01/10/1998	1998/10/15	25	231 875,42 €	231 875,42 €	211 860,42 €	28 896,16 €	240 756,58 €	240 756,58 €	9 867,64 €	465,23 €	10 332,87 €	- €	20 015,00 €	10 147,36 €
NOVO BANCO	09/05/2001	2001/06/27	28	246 106,88 €	228 503,78 €	175 064,99 €	- €	175 064,99 €	175 064,99 €	9 747,75 €	85,15 €	10 600,90 €	- €	53 438,79 €	43 697,04 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	03/05/2019	2019/07/05	15	58 176,47 €	27 116,27 €	8 568,93 €	843,42 €	9 412,35 €	9 412,35 €	3 649,17 €	2 001,53 €	5 650,70 €	- €	49 406,54 €	14 898,17 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	03/05/2019	2019/07/05	15	272 886,63 €	127 560,17 €	40 976,82 €	3 944,71 €	44 021,53 €	44 021,53 €	17 067,20 €	9 361,13 €	26 428,33 €	- €	232 009,81 €	70 416,15 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	03/05/2019	2019/07/05	15	614 792,70 €	614 792,70 €	85 832,26 €	10 696,02 €	96 491,78 €	96 491,78 €	30 947,03 €	21 256,11 €	60 202,14 €	- €	518 960,44 €	490 013,41 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	30/05/2019	2019/07/12	15	96 706,73 €	96 706,73 €	13 847,35 €	2 342,29 €	16 189,12 €	16 189,12 €	6 070,64 €	3 415,97 €	9 486,61 €	- €	82 802,80 €	76 822,26 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	30/05/2019	2019/07/12	15	153 376,07 €	153 376,07 €	32 410,34 €	2 639,20 €	25 049,76 €	25 049,76 €	9 642,91 €	5 262,56 €	14 905,47 €	- €	130 965,51 €	121 372,60 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	14/04/2020	2020/06/04	15	279 217,70 €	271 692,03 €	38 982,63 €	5 585,48 €	24 568,11 €	24 568,11 €	16 978,74 €	10 551,91 €	27 530,65 €	- €	260 235,07 €	235 730,66 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2020	2020/09/04	6	82 823,40 €	82 823,40 €	19 971,34 €	1 685,32 €	21 656,66 €	21 656,66 €	20 031,05 €	2 399,12 €	22 430,17 €	- €	62 852,06 €	42 621,01 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2020	2020/06/04	15	321 416,09 €	247 519,58 €	21 851,49 €	5 711,42 €	27 562,91 €	27 562,91 €	17 159,10 €	10 718,57 €	27 887,67 €	- €	299 564,60 €	208 498,99 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	25/08/2020	2020/12/17	15	603 762,46 €	603 762,46 €	- €	5 081,19 €	5 081,19 €	5 081,19 €	19 682,78 €	25 225,53 €	44 908,31 €	- €	603 752,46 €	584 059,08 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2021	2021/09/27	15	360 304,97 €	244 480,01 €	- €	3 467,55 €	3 467,55 €	3 467,55 €	7 584,73 €	5 294,13 €	12 878,66 €	- €	128 025,06 €	236 895,28 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2021	2021/09/27	15	132 405,83 €	115 467,67 €	- €	3 586,21 €	3 586,21 €	3 586,21 €	6 871,90 €	4 797,76 €	11 669,66 €	- €	116 633,79 €	108 515,77 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2021	2021/09/27	15	126 872,88 €	126 872,88 €	- €	3 436,34 €	3 436,34 €	3 436,34 €	7 516,45 €	5 246,47 €	12 762,92 €	- €	126 872,88 €	119 256,13 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	28/04/2021	2021/09/27	15	136 835,00 €	91 233,34 €	- €	2 470,79 €	2 470,79 €	2 470,79 €	6 284,85 €	2 891,89 €	9 176,74 €	- €	91 233,34 €	84 638,69 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	2021/10/27	15	75 821,85 €	29 280,38 €	- €	2 540,67 €	2 540,67 €	2 540,67 €	4 502,57 €	3 109,54 €	7 612,11 €	- €	75 821,85 €	24 777,81 €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024

Quadro 7.1 – Empréstimos obtidos - Empréstimos bancários

Entidade	Data do contrato	Data de visto do TC	Prazo do contrato	Capital		Pagamento de anos anteriores		Pagamentos do ano		Encargos vencidos e não pagos	Saldo em 1 de janeiro	Saldo em 31 de dezembro
				Contratado	Utilizado	Amortização	Juros	Total	Amortização	Juros	Total	
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	19/09/2021	2021/10/27	15	214 312,49 €	87 818,99 €	- €	1 384,33 €	1 384,33 €	- €	7 654,67 €	7 654,67 €	214 212,49 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	2021/10/27	15	136 661,66 €	42 843,94 €	- €	4 571,30 €	4 571,30 €	6 257,18 €	4 265,99 €	10 667,13 €	113 856,36 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	2021/10/27	15	211 514,38 €	172 809,57 €	- €	3 032,21 €	3 032,21 €	2 639,47 €	4 841,24 €	7 480,71 €	90 648,91 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	2021/10/27	7	11 117,00 €	11 117,00 €	- €	252,48 €	252,48 €	2 044,22 €	442,15 €	2 486,37 €	170 170,10 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	15/09/2021	2021/10/27	15	38 491,82 €	38 491,82 €	- €	737,87 €	737,87 €	2 285,77 €	1 576,60 €	3 864,37 €	38 491,82 €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO	04/11/2022	2023/02/28	15	1 782 387,70 €	1 188 191,80 €	- €	- €	- €	- €	34 594,71 €	24 996,71 €	1 188 191,80 €
CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUA	05/06/2024	2024/07/04	15	8 000 000,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO E COESÃO				325 000,00 €	325 000,00 €	46 510,22 €	7 869,24 €	54 379,46 €	20 395,12 €	11 476,40 €	31 871,52 €	258 094,66 €
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS				307 000,00 €	307 000,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	307 000,00 €	1 252,67 €	308 252,67 €	0,00 €
Adit* extraordinário CP da DGEST				1 200 118,85 €	1 200 118,85 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 200 118,85 €
Total				25 247 687,73 €	15 235 961,31 €	3 199 451,38 €	626 722,87 €	3 826 174,05 €	1 222 063,68 €	455 733,88 €	1 677 797,56 €	10 814 446,25 €



[Handwritten signature]

Nota 8 – Propriedades de investimento

Não aplicável.

Nota 9 – Imparidade de Ativos

2024			
Natureza (2)	Quantia bruta (3)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (3)
Clientes contribuintes e Utentes	4 631 331,89 €	2 114 477,87 €	2 516 854,02 €
Outros Devedores	7 634 764,66 €	1 111,15 €	7 633 653,51 €
Inventários e ativos biológicos	179 477,96 €	71 121,30 €	108 356,66 €
Investimentos financeiros	1 947 582,90 €	11 680,60 €	1 935 902,30 €
T OTAL	14 393 157,41 €	2 198 390,92 €	12 194 766,49 €

Nota 10 – Inventários

O custo de cada item do inventário é apurado através da média ponderada do seu custo de aquisição e do custo dos itens semelhantes adquiridos durante o ano. Nos quadros seguintes, apresentamos a informação detalhada dos valores da conta de inventário e os movimentos do período.

Quadro 10.1 – Inventários

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários a 31/12/2024:

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Rubrica (1)	2024		
	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2) - (3)
Mercadorias	1 058,47 €	0,00 €	1 058,47 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	178 419,49 €	71 121,30 €	107 298,19 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
T O T A L	179 477,96 €	71 121,30 €	108 356,66 €

Inventários em 2023

Rubrica (1)	2023		
	Quantia bruta (2)	Imparidade acumulada (3)	Quantia recuperável (4) = (2) - (3)
Mercadorias	3 563,86 €	0,00 €	3 563,86 €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	339 220,09 €	103 514,72 €	235 705,37 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €
T O T A L	342 783,95 €	103 514,72 €	239 269,23 €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Quadro 10.2 - Inventários: movimentos do período

[Handwritten signature]

De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos movimentos do período:

		Total							
Rubrica (1)	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							Quantia escriturada final
		Compras liquidas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões do perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
	(2)								
	(10) = (2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8) + (9)								
Mercadorias	3 563,86 €	10 143,83 €	5 885,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	6 763,51 €	0,00 €	1 058,47 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	235 705,37 €	2 116 576,67 €	2 193 488,12 €	0,00 €	0,00 €	32 393,42 €	83 942,36 €	53,21 €	107 298,19 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	239 269,23 €	2 126 720,50 €	2 199 373,83 €	0,00 €	0,00 €	32 393,42 €	90 705,87 €	53,21 €	108 356,66 €

Inventários: movimentos do período em 2023

Rubrica (1)	Total								Quantia escriturada final
	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período							
		Compras liquidadas	Consumos /gastos	Variações nos inventários da produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de Inventários	
(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10) =(2) + (3) - (4) + (5) - (6) + (7) - (8) + (9)	
Mercadorias	614,49 €	9 074,28 €	6 124,91 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	3 563,86 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	183 516,84 €	609 028,69 €	557 391,19 €		0,00 €	0,00 €	0,00 €	551,03 €	235 705,37 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refulos	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	184 131,33 €	618 102,97 €	563 516,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	551,03 €	239 269,23 €

Nota 11 – Agricultura

Não aplicável.

Nota 12 – Contratos de Construção

Não aplicável.

Nota 13 – Rendimentos de transações com contraprestação

O rendimento originado de uma transação com contraprestação é reconhecido no momento em que for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço. Para além deste fator, o rendimento apenas será reconhecido quando for possível mensurá-lo com fiabilidade.

Quadro 13.1 - Rendimento de transações com contraprestação

[Handwritten signature]

Os rendimentos de transações com contraprestação efetuadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, têm a seguinte composição:

Tipo de transação com contraprestação (1)	2024	2023
Prestação de serviços	6 589 545,33 €	6 304 082,68 €
Saneamento	1 260 090,31 €	599 182,06 €
Resíduos sólidos	1 775 300,85 €	2 336 863,66 €
Serviços sociais, recreativos, culturais e desporto	794 960,25 €	687 602,22 €
Arrendamento	83 653,43 €	148 823,92 €
Outros	2 675 540,49 €	2 531 610,82 €
Venda de bens	2 606 046,11 €	2 424 610,76 €
Água	2 604 662,22 €	2 422 859,49 €
Mercadorias	1 383,89 €	1 751,27 €
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	194 199,15 €	19 573,18 €
Outros dividendos	194 199,15 €	19 573,18 €
Outros	10 237 212,56 €	3 769 486,68 €
Total	19 627 003,15 €	12 517 753,30 €

Nota 14 – Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas independentemente de qualquer contraprestação por parte do Estado. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Quadro 14.1 - Rendimentos sem contraprestação

De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos:

Tipo de Rendimento	2024	2023
Impostos diretos	8 734 888,23 €	8 898 802,99 €
Derrama	2 146 989,53 €	2 554 553,42 €
Imposto municipal sobre imóveis	4 724 501,58 €	4 530 870,41 €
Imposto único de circulação	1 863 397,12 €	1 813 379,16 €
Impostos indiretos	3 324 217,34 €	2 573 611,24 €
Imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis	2 775 344,70 €	2 122 244,77 €
Outros	548 872,64 €	451 366,47 €
Taxas, multas e outras penalidades	2 785 548,83 €	1 222 136,78 €
Taxas	2 579 628,39 €	1 060 757,52 €
Multas e outras penalidades	205 920,44 €	161 379,26 €
Transferências e subsídios correntes	27 321 624,43 €	24 206 003,93 €
Fundo Equilíbrio Financeiro	11 929 777,00 €	11 340 236,00 €
Fundo Social Municipal	1 636 555,00 €	1 407 697,00 €
Participação IRS	1 745 457,00 €	1 650 934,00 €
Transferências de competências - Lei n.º 50/2018	8 321 406,00 €	7 971 175,00 €
Participação IVA	365 534,35 €	229 179,37 €
Outras	267 784,06 €	1 325 659,48 €
Artigo 35.º, n.º 3 da Lei n.º 73/2013	1 506 457,86 €	- €
Subsídios correntes	1 548 653,16 €	281 123,08 €
Reversões	367 379,16 €	135 542,22 €
De perdas por imparidade	32 393,42 €	135 542,22 €
De provisões	334 985,74 €	- €
Outros	- €	57 301,14 €
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	1 745 900,46 €	1 343 057,81 €
TOTAL	44 279 558,45 €	38 436 456,11 €

Nota 15 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Para fazer face a obrigações resultantes de acontecimentos ocorridos no período, são constituídas provisões.

As provisões constituídas correspondem fundamentalmente a processos judiciais e são apuradas com base nos relatórios dos advogados das entidades do perímetro responsáveis pelas ações judiciais, que definem o valor esperado da ação e dão a sua opinião quanto à probabilidade de desfecho desfavorável para o Grupo.

15.1 – Provisões

Quadro 15.1A – Provisões – movimentos ocorridos em 2024

No quadro seguinte apresentação a listagem de provisões existentes:

Rubricas (1)	Quantia escriturada inicial (2)	Total								Quantia escriturada final 11 = (2) + (6) - (10)
		Aumentos				Diminuições				
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6) = (3) + (4) + (5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10) = (7) + (8) + (9)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	1 494 712,41 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	280 787,12 €	0,00 €	280 787,12 €	1 213 925,29 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras provisões	54 239,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	54 198,62 €	0,00 €	54 198,62 €	41,33 €
Total	1 548 952,36 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	334 985,74 €	0,00 €	334 985,74 €	1 213 966,62 €

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Provisões 2023

Rubricas (1)	Quantia escriturada Inicial (2)	Aumentos				Total				Quantia escriturada final 11=(2)+(6)-(10)
		Reforços (3)	Aumentos da quantia descontada (4)	Outros aumentos (5)	Total aumentos (6)=(3)+(4)+(5)	Utilizações (7)	Reversões (8)	Outras diminuições (9)	Total diminuições (10)=(7)+(8)+(9)	
Impostos, contribuições e taxas	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Garantias a clientes	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Processos judiciais em curso	1 160 087,71 €	334 624,70 €	0,00 €	0,00 €	334 624,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 494 712,41 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias ambientais	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Contratos onerosos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Reestruturação e reorganização	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras provisões	54 239,95 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	54 239,95 €
Total	1 214 327,66 €	334 624,70 €	0,00 €	0,00 €	334 624,70 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	1 548 952,36 €

Quadro 15.1B – Descrição das Provisões e Processos Judiciais em Curso

As provisões de processos judiciais em curso em 2024 elencadas no quadro infra, referem-se unicamente ao município de Felgueiras.

Nº do Processo	Descrição do litígio	Provisões
Proc. n.º 683/21.8BEPNF	Manutenção do deferimento ou indemnização	300 000,00 €
Proc. n.º 1021/21.5BEBRG	Processos administrativos	68 499,00 €
Proc. n.º 1180/23.2BEPRT	Pede revisão extraordinária de contrato	20 424,55 €
351/23.6BEPNF	Sinistro	74 402,70 €
55/24.2BEPNF	Ação declarativa (Processo Comum)	30 000,00 €
674/24.7BEPNF	Ação declarativa (Processo Comum)	13 589,60 €
315/23.0BEPNF	Ação declarativa (Processo Comum)	23 242,19 €
693/24.3T9FLG	Ação declarativa (Processo Comum)	100 075,00 €
1587/24.8T8GMR	Ação declarativa (Processo Comum)	112 331,50 €
Processo n.º 2316/21.3BEBRG	Ação de indemnização	1 000,00 €
N.º PROCESSO: 96/23.7BEPNF e apensos Proc. n.º 156/23.4BEPNF 197/23	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
721/21.4BEPNF	Ação administrativa comum - Responsabilidade civil	23 157,00 €
Nº 1685/19.0BEBRG	Ação processo administrativo	13 160,00 €
CO/000096/19	Processo de contraordenação	100 000,00 €
NUI/CO/000899/22.0.CGI,	Ação processo administrativo	24 000,00 €
Proc. n.º 3445/19.9T8PNF	Ação Cível	140 000,00 €
137/22.5T8PNF	Ação de processo comum	123 544,40 €
898/20.6BEBRG,	Ação responsabilidade civil	18 743,10 €
271/23.4BEPNF	S/Indicação	1 699,53 €
720/25.7T8PNF	Ação de processo comum	16 049,04 €
447/23.4T8FLG,	Ação de responsabilidade civil	5 007,67 €
TOTAL		1 213 925,29 €

Descrição das Provisões e Processos Judiciais em Curso em 2023

As provisões de processos judiciais em curso em 2023 elencadas no quadro infra, referem-se unicamente ao município de Felgueiras.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Nº do Processo	Descrição do litígio	Provisões
Processo nº 683/21.8 BEPNF	Procedimentos Administrativos - Pedido de Indemnização	300 000,00 €
Processo nº 1021/21.5BEBRG - TAF	Procedimentos Administrativos - Pedido de Indemnização	68 499,00 €
Processo nº 1180/23.2BEPRT - TAF do Porto	Revisão extraordinária de contrato	20 424,55 €
Processo nº 271/23.4BEPNF		1 699,53 €
Processo nº 145/23.9BEPNF		73 701,70 €
Processo nº 420/23.0T8FLG		2 298,44 €
Processo nº 447/23.4T8FLG	Ação de responsabilidade civil	5 007,67 €
Processo de contraordenação CO/000096/19	Processo de Contraordenação	136 000,00 €
Processo de contraordenação NUI/CO/000899/22.0.CGI	Processo de Contraordenação	24 000,00 €
Processo nº 2316/21.3BEBRG	Pedido de indemnização por sinistro	750,00 €
	Ação Administrativa comum,	18 743,06 €
Processo nº 1685/19.0BEBRG	Pedido de indemnização	73 160,00 €
Processo nº: 2864/18.2BEBRG	Ação Administrativa comum - Responsabilidade Civil	354 055,80 €
Processo nº: 721/21.4BEPNF	Ação Administrativa comum - Responsabilidade Civil	23 157,00 €
Processo nº: 642/19.0BEBRG	Ação Administrativa comum - Responsabilidade Civil	963,54 €
Processo nº:2204/13.7BEPRT-A	Execução de sentença/acórdão	81 636,52 €
Processo nº 95/23.9BEPNF	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
Processo nº 156/23.4BEPNF	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
Processo nº 197/23.1BEPNF	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
Processo nº 96/23.7BEPNF	Procedimentos de Massa - Concursos de Pessoal	5 000,01 €
Processo nº 1399/20.8T8PNF	Reconhecer direito de propriedade	40 000,00 €
Processo nº 3445/19.9T8PNF		140 000,00 €
Processo nº 137/22.5T8PNF	Responsabilidade civil contratual	110 615,56 €
TOTAL		1 494 712,41 €

15.2 – Passivos Contingentes

Processos judiciais em curso, referem-se apenas ao Município de Felgueiras.

Para que um passivo se qualifique para reconhecimento é necessário que exista não só uma obrigação presente, mas também a probabilidade de ocorrer um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar essa obrigação. Neste caso a probabilidade do acontecimento é menor do que a probabilidade de acontecer, daí não se ter efetuado qualquer provisão.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Felgueiras
 CÂMARA MUNICIPAL

Handwritten signatures and initials

N.º do Processo	Descrição do litígio	Valor das ações
Proc. n.º 49/02.9BTPRT	Legalização urbanística	S/Indicação
Proc. n.º 397/23.4BEPN	Nulidade de alteração de loteamento	S/Indicação
Proc. n.º 450/22.1BEPN	Indemnização de danos patrimoniais e não patrimoniais, a liquidar em execução de sentença	S/Indicação
Proc. n.º 451/22.0BEPN	Invalidez de despacho de legalização de obra.	S/Indicação
Proc. 1960/20.0BEPRT	Fase de reclamação no Despacho do Ilustríssimo Relator Juiz	S/Indicação
557/23.8BEPNF	Ação administrativa	20 801,23 €
1686/24.6BEBRG	Ação administrativa	30 000,01 €
196/24.6BEPNF	Sinistro resultante de infiltrações na propriedade da Autora	30 000,01 €
367/24.5BEPNF	Ação declarativa	6 540,00 €
N.º 28/02.BEPRT-A	Ação de execução de sentença	S/Indicação
2204/13.7BEPRT-A	Execução de sentença/acórdão	81 636,52 €
1543/22.0T8FLG	Ação declarativa de condenação reconhecimento do direito de propriedade prédio rústico	30 000,01 €
2857/17.7T8STS-A	Autorização outorga de escritura de venda do prédio rústico	9 555,00 €
3424/15.5BEBRG	Condenação a título de danos patrimoniais	14 100,00 €
433/20.6BEPNF	S/Indicação	30 000,01 €
599/20.0BEPNF	S/Indicação	S/Indicação
179/22.0BEPNF	S/Indicação	S/Indicação
145/23.9BEPNF	S/Indicação	73 701,70 €
1589/22.9T8FLG	Ação para cumprimento de entrega de documentos.	35 500,00 €
420/23.0T8FLG	S/Indicação	S/Indicação
TOTAL		361 834,49 €

Passivos Contingentes em 2023

N.º do Processo	Descrição do litígio	Valor das ações
557/23.8BEPNF	Ação administrativa	20 801,23 €
1589/22.9T8FLG	Ação para cumprimento de entrega de documentos.	35 500,00 €
525/23.0BEPNF	Ação administrativa	49 400,00 €
315/23.0BEPNF	Ação administrativa	23 242,19 €
351/23.6BEPNF	Ação administrativa	74 402,70 €
2049/17.5BEBRG	Ação administrativa	300 000,01 €
568/14.4BEPRT	Ação administrativa	30 000,01 €
TOTAL		533 346,14 €

15.3 – Ativos contingentes

Não existem ativos contingentes no período de 2024 em que se torna praticamente certo que um influxo de benefícios económicos ou potencial de serviço ocorrerá e o valor do ativo pode ser mensurado com fiabilidade.

Nota 16 – Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não aplicável.

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Handwritten signature

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Quadro 18.1 – Ativo

Handwritten initials and signature

A. Ativos Financeiros 2024

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo										
Participações financeiras - custo										
FAM - Fundo de Apoio Municipal	781 249,50 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	781 249,50 €
EHF - Empresa Hidroelétrica de Felgueiras	374 119,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	374 119,00 €
CARNAGRI, S.A.	43 619,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	43 619,40 €
Águas Douro e Paiva, S.A.	241 325,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	241 325,00 €
Águas do Noroeste, S.A.	507 270,00 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	507 270,00 €
Outros ativos financeiros	2 845,25 €	844,89 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	3 690,14 €
Total	1 950 428,15 €	844,89 €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €	1 951 273,04 €

Ativos Financeiros em 2023

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo										
Participações financeiras										
FAM - Fundo de Apoio Municipal	781 249,50 €									781 249,50 €
EHF - Empresa Hidroelétrica de Felgueiras	374 119,00 €									374 119,00 €
PTT - Parque Tecnológico do Tâmega	- €			5 000,00 €		5 000,00 €				- €
CARNAGRI, S.A.	43 619,40 €									43 619,40 €
Águas Douro e Paiva, S.A.	241 325,00 €									241 325,00 €
Águas do Noroeste, S.A.	507 270,00 €									507 270,00 €
Outros ativos financeiros	3 606,64 €	324,96 €							1 086,35 €	2 845,25 €
Total	1 951 189,54 €	324,96 €	- €	5 000,00 €	- €	5 000,00 €	- €	- €	1 086,35 €	1 950 428,15 €

B. Decomposição de saldos

Ativo	2024	2023
Cientes, contribuintes e utentes	2 516 777,96 €	2 078 235,02 €
Contribuintes	43 412,16 €	38 939,37 €
Utentes	2 465 485,39 €	2 039 131,00 €
Cientes	7 880,41 €	164,65 €
Outras contas a receber	16 009 478,15 €	11 395 548,94 €

Ativo	2024	2023
Estado e outros entes públicos	19 417,97 €	10 452,03 €
Imposto sobre o rendimento	8 737,56 €	8 737,56 €
Outros impostos	10 680,41 €	1 714,47 €
Diferimentos	61 177,81 €	211 363,81 €
Gastos a reconhecer	61 177,81 €	211 363,81 €
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis obtidos	765 598,24 €	2 224 538,51 €
Estado	69 496,00 €	1 405,00 €
Fundos comunitários	691 637,91 €	2 221 910,25 €
Outros	4 464,33 €	1 223,26 €

Quadro 18.2 – Património Líquido

Designação da conta	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Património	182 550 351,49 €			182 550 351,49 €
55 - Reservas	3 954 022,14 €	133 875,43 €		4 087 897,57 €
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	- 56 091 986,08 €	2 442 123,01 €	39 191,44 €	- 53 689 054,51 €
56.2 - Resultados transitados - Regularizações	- 4 198 156,42 €			- 4 198 156,42 €
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP	6 230 247,34 €	120 734,79 €	18 423,93 €	6 332 558,20 €
59.3 - Transferências e subsídios de capital	56 024 411,03 €	6 702 469,69 €	4 075 112,46 €	58 651 768,26 €
59.4 - Doações obtidas	485 714,89 €			485 714,89 €
81.8 - Resultado líquido	3 203 418,92 €	7 755 291,14 €		10 958 710,06 €

Património Líquido em 2023

Designação da conta	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
51 - Património	182 550 351,49 €			182 550 351,49 €
55 - Reservas	3 856 491,69 €	97 530,45 €		3 954 022,14 €
56.1 - Resultados transitados de períodos anteriores	- 57 998 775,04 €	1 906 788,96 €		- 56 091 986,08 €
56.2 - Resultados transitados - Regularizações	- 4 354 374,15 €	160 355,58 €	4 137,85 €	- 4 198 156,42 €
56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP	5 933 450,82 €	942 587,11 €	645 790,59 €	6 230 247,34 €
59.3 - Transferências e subsídios de capital	48 940 589,75 €	14 432 929,01 €	7 349 107,73 €	56 024 411,03 €
59.4 - Doações obtidas	485 714,89 €			485 714,89 €
81.8 - Resultado líquido	2 125 519,09 €	1 077 899,83 €		3 203 418,92 €

Exemplificam-se os movimentos ocorridos nos valores mais relevantes nas contas da classe 5 – “Património, Reservas e Resultados Transitados”.

Conta 51 – Património/capital

Não houve variação do valor ao longo do período.

Conta 55- Reservas

Distribuição do resultado líquido.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



AM
R

Conta 56.1 – Resultados Transitados – De períodos anteriores

Imputação do resultado líquido de 2024 e regularização de amortizações e subsídios ao investimento e depreciações de bens.

56.2 - Resultados transitados – Regularizações

A conta 56.2, foi movimentada para o reconhecimento de proveitos relativos a subsídios ao investimento não reconhecidos em anos anteriores.

56.4 - Ajustamentos de transição para o SNC-AP

Ajustamento das amortizações acumuladas e imputação de subsídios ao investimento.

Quadro 18.3 – Passivo

Passivo	2024	2023
Passivo não corrente		
Diferimentos	957 307,46 €	6 083 688,42 €
Outras contas a pagar	5 131 236,26 €	5 908 826,25 €
Passivo corrente		
Fornecedores	384 800,01 €	2 848 871,75 €
Outras contas a pagar	8 515 587,74 €	4 841 759,72 €
Fornecedores de investimentos	629 147,91 €	24 252,12 €
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	- €	450 000,02 €
Diferimentos	5 403 338,63 €	2 090 688,36 €
Estado e outros entes públicos	504 998,25 €	528 602,55 €
Imposto sobre rendimento	3 202,06 €	33 009,71 €
Retenção de impostos sobre rendimentos	80 117,52 €	91 384,87 €
Imposto sobre valor acrescentado	3 328,95 €	29 515,85 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas	381 694,33 €	343 095,67 €
Outras tributações	36 655,39 €	31 596,45 €

Relativamente à rubrica dos Diferimentos apresentada no quadro supra, foram reconhecidos 4.000.000€ relativos ao processo com a empresa Coloplast, Unipessoal LDA com o Município de Felgueiras.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024

Garantias bancárias:

Foram prestadas as seguintes garantias bancárias:

Garantia bancária	Data	Designação	Entidade	Valor
9015/006023/693	10/10/2008	Abertura de vala para instalação de conduta de abastecimento de água - EN101-3 Kms 5.000-6.200	Caixa Geral de Depósitos	36 000,00 €
9015/008378/393	05/02/2016	Saneamento na EN 207-3 (rede de saneamento em baixa - 2ª fase (Margaride - Sendim - bacia 76) - conclusão)	Caixa Geral de Depósitos	23 250,00 €
0309.015739.193	18/07/2018	Instalação de "rede de águas residuais e de abastecimento de água longitudinal e transversal ao subsolo da EN (d) 207-1/km 3+880 ao 5+160"	Caixa Geral de Depósitos	38 400,00 €
N00420587.01	31/05/2022	Garantias Normais	Novo Banco	70 050,00 €
N00420588.01	31/05/2022	Garantias Normais	Novo Banco	11 100,00 €
Várias	21/06/2021	Garantias Normais	Santander	16 080,00 €

A informação do quadro acima refere-se apenas ao Município de Felgueiras. Nas restantes entidades não existem garantias bancárias.

Garantias bancárias em 2023

Garantia bancária	Data	Designação	Entidade	Valor
9015/006023/693	10/10/2008	Abertura de vala para instalação de conduta de abastecimento de água - EN101-3 Kms 5,000-6,200	Infraestruturas de Portugal, S.A.	36 000,00 €
9015/008378/393	05/02/2016	Saneamento na EN 207-3 (rede de saneamento em baixa - 2ª fase (Margaride - Sendim - bacia 76) - conclusão)	Infraestruturas de Portugal, S.A.	23 250,00 €
0309.015739.193	18/07/2018	Instalação de "rede de águas residuais e de abastecimento de água longitudinal e transversal ao subsolo da EN (d) 207-1/km 3+880 ao 5+160"	Infraestruturas de Portugal, S.A.	38 400,00 €
Várias	21/06/2021	Área de Acolhimento Empresarial do Alto das Barrancas	Banco Santander	1 035 132,80
N00420587.01	31/05/2022	Garantias Normais	Novo Banco	70 050,00
N00420588.01	31/05/2022	Garantias Normais	Novo Banco	11 100,00

Nota 19 – Benefícios dos empregados

O grupo municipal atribui ainda os seguintes benefícios de curto prazo aos seus colaboradores: salários, contribuições para a segurança social, CGA, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, ajudas de custo, despesas de representação, trabalho extraordinário e quaisquer outras retribuições previstas na Lei.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, numa base não descontada por contrapartida de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período vence-se em 1 de janeiro do ano seguinte.

O Grupo não tem qualquer responsabilidade futura sobre fundos ou pensões.

Os gastos com os colaboradores podem ser representados no seguinte mapa:

Quadro 19.1 – Gastos com pessoal

Designação	2024	2023
Remunerações dos titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	316 267,80 €	303 099,95 €
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	51 242,31 €	50 763,99 €
Remunerações do pessoal	14 043 770,65 €	12 820 055,29 €
Encargos sobre remunerações	3 384 641,02 €	2 890 655,28 €
Acidentes no trabalho e doenças profissionais	133 877,69 €	120 962,78 €
Outros gastos com o pessoal	159 100,24 €	663 895,02 €
Outros encargos sociais	84 540,32 €	93 092,18 €
Total	18 173 440,03 €	16 942 524,49 €

Nota 22 – Interesses em outras entidades

Quadro 22 – Interesses em outras entidades

Designação da Entidade	Sede	% de interesse	
		Propriedade detidos	Direito de voto
ADER SOUSA - Associação de Desenvolvimento Rural das Terras do Sousa	Mosteiro de Pombeiro, 4610-637 Felgueiras	1)	
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	Rua 16 de Novembro, 2070-207 Cartaxo	1)	
Associação de Municípios do Vale do Sousa	Praça D. António Meireles 45, 4620-130 Lousada		
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	Avenida José Júlio 42, 4560-547 Penafiel		
Turismo do Porto e Norte de Portugal, E.R.	Castelo Santiago da Barra, 4900-360 Viana do Castelo	1)	
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Av. Marnoco e Sousa 52, 3004-511 Coimbra	1)	
Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	Rua da Ribeira Negra nº 55 4050-008 S. Nicolau Porto	1)	
Fundo de Apoio Municipal	Praça do Comércio, Ala Oriental, 1149-015 Lisboa		

1) Relativamente a estas entidades o Município apenas contribui com uma quota anual.

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024



Nota 23 – Outras divulgações

23.1 – Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Quadro 23.1 - Decomposição de fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2024	2023
Subcontratos e parcerias	7 389 910,24 €	8 245 292,19 €
Serviços especializados	3 610 017,69 €	2 391 043,10 €
Materiais de consumo	545 130,90 €	401 985,30 €
Energia e fluídos	3 372 332,82 €	3 362 294,63 €
Deslocações, estadas e transportes	237 566,72 €	249 653,13 €
Serviços diversos	2 058 342,07 €	3 438 543,52 €
Total	17 213 300,44 €	18 088 811,87 €

23.2 – Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Quadro 23.2 - Decomposição de transferências e subsídios concedidos

Transferências e subsídios concedidos	2024	2023
Transferências correntes concedidas	4 006 202,17 €	3 478 439,31 €
Estado	115 685,66 €	117 949,35 €
Associações de Municípios	401 708,77 €	88 209,11 €
Freguesias	726 328,59 €	701 095,58 €
Famílias	764 109,24 €	682 931,38 €
Sociedades e quase sociedades não financeiras	1 988 269,91 €	1 888 253,89 €
Outros	10 100,00 €	- €
Subsídios correntes concedidos	1 045 501,75 €	93 550,00 €
Empresas locais	151 800,00 €	88 550,00 €
Outros	893 701,75 €	5 000,00 €
Transferências de capital concedidas	532 392,74 €	244 097,53 €
Associações de Municípios	- €	3 184,07 €
Sociedades e quase sociedades não financeiras	- €	160 910,62 €
Freguesias	51 500,00 €	58 654,31 €
Instituições sem Fins Lucrativos	480 892,74 €	21 348,53 €
Transferências para cobertura de prejuízos	- €	- €
Cobertura de prejuízos DA EPF	- €	- €
Total	5 584 096,66 €	3 816 086,84 €

23.3 – Outras divulgações

23.3.1. Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respetivas funções, bem como dos órgãos deliberativos das entidades de natureza empresarial;

2024		
	Remuneração órgão sociais /Eleitos	Revisores Oficiais de Contas
Município	259 159,78 €	10 250,00 €
EPF	45 171,71 €	4 870,00 €
ACLEM		6 000,00 €

Remunerações atribuídas em 2023

2023		
	Remuneração órgão sociais /Eleitos	Revisores Oficiais de Contas
Município	225 846,95 €	10 250,00 €
EPF	43 840,24 €	4 870,00 €
ACLEM		6 000,00 €

23.3.2. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo:

- a) Descrição do endividamento consolidado de médio e longo prazo (art.º 75.º, n.º 7, da Lei 73/2013), desagregada por rubrica patrimonial, de acordo com o seguinte mapa:

Designação das contas	Endividamento de Médio e Longo Prazo				Eliminação de créditos/ Dívidas	Grupo consolidado
	MF	ACLEM	EPF	Total		
Empréstimos						
Passivo não corrente	8 224 511,95 €	233 094,66 €	- €	8 457 606,61 €	- €	8 457 606,61 €
Total	8 224 511,95 €	233 094,66 €	- €	8 457 606,61 €	- €	8 457 606,61 €

Endividamento de médio e longo prazo em 2023

MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS
Prestação de contas consolidada 2024

Designação das contas	Endividamento de Médio e Longo Prazo				Eliminação de créditos/Dividas recíprocas	Grupo consolidado
	MF	ACLEM	EPF	Total		
Empréstimos		- €	- €	- €	- €	- €
Passivo não corrente	9 658 156,38 €	253 489,78 €	- €	9 911 646,16 €	- €	9 911 646,16 €
Total	9 658 156,38 €	253 489,78 €	- €	9 911 646,16 €	- €	9 911 646,16 €

b) Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, desagregado por entidade e por rubrica patrimonial.

Designação das contas	Dividas a terceiros de Médio e Longo Prazo			Grupo consolidado
	Município de Felgueiras	ACLEM	EPF	
Médio/Longo prazo				
Financiamentos obtidos	8 224 511,95 €	233 094,66 €	- €	8 457 606,61 €
Fornecedores	- €	- €	- €	- €
Estado e outros entes públicos	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de investimentos	- €	- €	- €	- €
Outras contas a pagar	4 265 187,29 €	866 048,97 €	- €	5 131 236,26 €
Curto prazo				
Financiamentos obtidos	1 131 720,79 €	25 000,00 €	1 200 118,85 €	2 356 839,64 €
Fornecedores	231 041,08 €	90 240,22 €	63 518,71 €	384 800,01 €
Estado e outros entes públicos	438 243,01 €	6 516,20 €	60 239,04 €	504 998,25 €
Fornecedores de investimentos	629 147,91 €	- €	- €	629 147,91 €
Outras contas a pagar	8 264 141,30 €	77 070,92 €	174 375,52 €	8 515 587,74 €

Montante total das dívidas a terceiros em 2023

Designação das contas	Dívidas a terceiros de Médio e Longo Prazo			Grupo consolidado
	Município de Felgueiras	ACLEM	EPF	
Médio/Longo prazo				
Financiamentos obtidos	9 658 156,38 €	253 489,78 €	- €	9 911 646,16 €
Fornecedores	- €	- €	- €	- €
Estado e outros entes públicos	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de investimentos	- €	- €	- €	- €
Outras contas a pagar	5 021 491,27 €	887 334,98 €	- €	5 908 826,25 €
Curto prazo				
Financiamentos obtidos	896 349,41 €	25 000,00 €	425 200,94 €	1 346 550,35 €
Fornecedores	2 643 721,27 €	35 300,40 €	169 850,08 €	2 848 871,75 €
Estado e outros entes públicos	437 813,18 €	42 930,87 €	47 858,50 €	528 602,55 €
Fornecedores de investimentos	22 517,82 €	- €	1 734,30 €	24 252,12 €
Outras contas a pagar	4 684 098,65 €	39 679,49 €	117 981,58 €	4 841 759,72 €

23.3.3. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Descrição dos saldos e dos fluxos financeiros (art.º 75.º, n.º 7, da Lei 73/2013), desagregada por tipo, de acordo com o seguinte mapa em 2024:

Designação da Entidade	Natureza do relacionamento	Transação	
		Tipo	Quantia
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	Cobertura de Prejuízos - Equilíbrio de Contas anos 2013 e 2014 - Pagamento	159 974,10 C
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	Cobertura de Prejuízos - Equilíbrio de Contas ano de 2023 - Pagamento	204 897,26 C
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	Cobertura de Prejuízos - Equilíbrio de Contas ano 2024 - Reconhecimento de obrigação	134 000,00 C
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	Contrato Programa ano 2024 - Reconhecimento de obrigação	231 048,30 C
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	Rendas - Liquidação	76,06 C
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	EPF - Contrato programa - 2024 - Reconhecimento de anulação	71 955,00 C
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	Entidade Controlada	Contrato de Arrendamento - Reconhecimento de obrigação e Pagamento	19 659,33 C
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	Entidade Controlada	Contrato Programa - Reconhecimento de obrigação e Pagamento	495 000,00 C
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	Entidade Controlada	Contrato programa CM - ACLEM - out- dez	165 000,00 C

Informações sobre saldos e fluxos financeiros em 2023

Designação da Entidade	Natureza do relacionamento	Transação	
		Tipo	Quantia
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	Transferências Protocolo CMF, Fundo Pias e Postais natal	73 155,00 C
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	Cobertura de Prejuízos - Equilíbrio de Contas anos 2013 e 2014 - Reconhecimento de obrigação	159 974,10 C
EPF - Ensino Profissional de Felgueiras	Entidade Controlada	Cobertura de Prejuízos - Equilíbrio de Contas ano de 2023 - Reconhecimento de obrigação	204 897,26 C
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	Entidade Controlada	Contrato de Arrendamento	26 212,44 C
ACLEM - Arte, Cultura e Lazer	Entidade Controlada	Contrato Programa	473 550,00 C

3. Demonstrações orçamentais de relato consolidadas

De acordo com a NCP 26 (§ § 22 a 24) o perímetro de consolidação na Administração Local será composto pelo conjunto de entidades incluídas neste subsetor nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, em cumprimento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais. Assim, o perímetro de consolidação orçamental do Grupo Municipal de Felgueiras compreende as seguintes entidades:

- Município de Felgueiras;
- ACLEM - Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M.
- EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda.

Nos termos do exposto na NCP 26 (§ § 25 e 26) a consolidação orçamental efetua-se pelo método da consolidação simples, que se traduz na soma algébrica de rubricas equivalentes de recebimentos e pagamentos, para a Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental, e de liquidações e obrigações para a Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Naturezas. Posteriormente, procede-se à eliminação dos saldos resultantes de recebimentos e pagamentos de operações internas, assim como, de liquidações e obrigações recíprocas por naturezas.

O presente relatório não reflete as operações contabilísticas de consolidação do subsistema da contabilidade orçamental, previstas na NCP 26 – contabilidade e relato orçamental, uma vez que, apesar da ACLEM, E.M. cumprir em todos os aspetos materiais previstos na NCP 26 do SNC-AP, no caso da EPF, E.M., a Contabilidade Orçamental ainda não se encontra totalmente implementada, pelas razões indicadas no relatório e contas individual da empresa no documento do SROC – Certificação Legal de Contas do EPF, E.M. *“Apesar dos esforços desenvolvidos pela Entidade, a NCP 26 ainda não se encontrava totalmente implementada, atendendo à complexidade que a mesma acarreta, não tendo sido possível, até esta data, obter a informação adequada e necessária para a verificação das demonstrações orçamentais.”*

Em face do exposto, os mapas seguidamente apresentados relativos às Demonstrações Orçamentais Consolidadas, incluem apenas o Município de Felgueiras, uma vez que a entidade EPF, E.M., que integra o perímetro de consolidação orçamental, ainda não aplica integralmente a NCP 26 – Contabilidade e relato Orçamental.

3.1. Demonstração consolidada de desempenho orçamental

(avançar para a página seguinte)

Periodicidade : Mensal
 Período : Mensal Após Apuramento dos
 Resultados

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
 MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS

Pág. :
 Acumulados : S Ano : 202

Período : 2024/01/01 C 2024/12/31 C

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2023
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
RA01	Saldo de gerência anterior	-1.693.366,00		5.053.584,61	2.631.726,00	1.659.765,14	7.651.709,75	7.749.009,97
RI01	Operações orçamentais {1}	-1.693.366,00		5.053.584,61	2.631.726,00		5.991.944,61	5.615.540,98
RI02	Devolução do saldo oper. orçamentais							
RI04	Recebimento do saldo devolvido por terceiras entidades							
RI03	Operações de tesouraria {A}					1.659.765,14	1.659.765,14	2.133.468,99
RA02	Receita corrente	47.345.412,32		110.052,23			47.455.464,55	43.153.461,88
R1	Receita fiscal	11.184.473,42					11.184.473,42	10.347.754,13
R1.1	Impostos diretos	11.184.473,42					11.184.473,42	10.347.754,13
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades	2.203.904,74					2.203.904,74	1.643.861,25
R4	Rendimentos de propriedade	927.683,62					927.683,62	1.415.495,26
R5	Transferências e subsídios correntes	25.924.273,00		110.052,23			26.034.325,23	22.857.670,48
R5.1	Transferências correntes	25.924.273,00		110.052,23			26.034.325,23	22.857.670,48
R5.1.1	Administrações Públicas	25.924.273,00		110.052,23			26.034.325,23	22.857.670,48
R5.1.1.1	Administração Central - Estado	25.537.867,91		110.052,23			25.647.920,14	22.842.832,60
	Português							
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	386.405,09					386.405,09	14.837,88
R5.1.1.3	Segurança Social							
R5.1.1.4	Administração Regional							
R5.1.1.5	Administração Local							
R5.1.2	Exterior - U E							
R5.1.3	Outras							
R5.2	Subsídios correntes							
R6	Venda de bens e serviços	6.924.846,62					6.924.846,62	6.763.576,99
R7	Outras receitas correntes	180.230,92					180.230,92	125.103,77
RA03	Receita de capital	15.118.295,49		4.491.291,08	90.769,80		19.700.356,37	10.269.329,73
R8	Venda de bens de investimento	11.980.000,75					11.980.000,75	3.730.000,25
R9	Transferências e subsídios de capital	2.904.013,19		4.491.291,08	90.769,80		7.486.074,07	6.539.329,48
R9.1	Transferências de capital	2.904.013,19		4.491.291,08	90.769,80		7.486.074,07	6.539.329,48
R9.1.1	Administrações Públicas	2.904.013,19		4.491.291,08	90.769,80		7.486.074,07	6.539.329,48
R9.1.1.1	Administração Central - Estado	2.904.013,19		4.413.698,24	90.769,80		7.408.481,23	6.536.936,52
	Português							
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades			77.592,84			77.592,84	2.392,96
R9.1.1.3	Segurança Social							
R9.1.1.4	Administração Regional							
R9.1.1.5	Administração Local							
R9.1.2	Exterior - U E							
R9.1.3	Outras							
R9.2	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital	234.281,55					234.281,55	
RA04	Receita efetiva {2}	62.637.483,49		4.601.343,31	90.769,80		67.329.596,60	53.514.715,95
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	173.775,68					173.775,68	91.924,34
RA05	Receita não efetiva {3}	-191.509,54			-112.012,18		-303.521,72	3.079.545,36
R12	Receita com ativos financeiros							1,00
R13	Receita com passivos financeiros	-191.509,54			-112.012,18		-303.521,72	3.079.544,36
RA06	Soma {4}={1}+{2}+{3}	60.752.607,95		9.654.927,92	2.610.483,62		73.018.019,49	62.209.802,29
ROT1	Operações de tesouraria {B}					718.367,21	718.367,21	519.577,27
DA01	Despesa corrente	41.660.582,09					41.660.582,09	39.975.166,39
D1	Despesas com o pessoal	16.797.616,26					16.797.616,26	15.609.280,64

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

Periodicidade : Mensal
 Período : Mensal Após Apuramento dos
 Resultados

DDORC - DEMONSTRAÇÃO DO DESEMPENHO ORÇAMENTAL
 MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS

Pág. : 2
 Acumulados : S Ano : 2024

Período : 2024/01/01 C 2024/12/31 C

Euros

RUBRICA	RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS	FONTES DE FINANCIAMENTO (n)						2023
		R P	R G	U E	EMPR	F. ALHEIOS	TOTAL	
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	12.973.569,36					12.973.569,36	11.899.796,92
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	531.511,67					531.511,67	357.666,30
D1.3	Segurança social	3.292.535,23					3.292.535,23	3.351.817,42
D2	Aquisição de bens e serviços	17.183.410,81					17.183.410,81	16.396.153,06
D3	Juros e outros encargos	443.708,05					443.708,05	306.034,01
D4	Transferências e subsídios correntes	5.723.768,87					5.723.768,87	5.548.941,81
D4.1	Transferências correntes	5.114.918,87					5.114.918,87	5.003.436,81
D4.1.1	Administrações Públicas	1.940.911,77					1.940.911,77	2.661.723,01
D4.1.1.1	Administração Central - Estado	114.566,28					114.566,28	98.818,91
D4.1.1.2	Português							
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.1.3	Segurança Social							
D4.1.1.4	Administração Regional							
D4.1.1.5	Administração Local	1.826.345,49					1.826.345,49	2.562.904,10
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	2.056.366,15					2.056.366,15	1.637.751,95
D4.1.3	Famílias	742.769,59					742.769,59	703.761,85
D4.1.4	Outras	374.871,36					374.871,36	200,00
D4.2	Subsídios Correntes	608.850,00					608.850,00	545.505,00
D5	Outras despesas correntes	1.512.078,10					1.512.078,10	2.114.756,87
DA02	Despesa de capital	19.924.994,45					19.924.994,45	15.468.354,56
D6	Aquisição de bens de capital	19.431.973,86					19.431.973,86	15.171.346,57
D7	Transferências e subsídios de capital	493.020,59					493.020,59	297.007,99
D7.1	Transferências de capital	493.020,59					493.020,59	297.007,99
D7.1.1	Administrações Públicas	244.767,40					244.767,40	114.748,84
D7.1.1.1	Administração Central - Estado							
D7.1.1.2	Português							
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D7.1.1.3	Segurança Social							
D7.1.1.4	Administração Regional							
D7.1.1.5	Administração Local	244.767,40					244.767,40	114.748,84
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	248.253,19					248.253,19	182.259,15
D7.1.3	Famílias							
D7.1.4	Outras							
D7.2	Subsídios de capital							
D8	Outras despesas de capital							
DA03	Despesa efetiva [5]	61.585.576,54					61.585.576,54	55.443.520,95
DA04	Despesa não efetiva [6]	894.668,56					894.668,56	774.336,73
D9	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros	894.668,56					894.668,56	774.336,73
DA05	Soma [7]=[5]+[6]	62.480.245,10					62.480.245,10	56.217.857,68
DOT1	Operações de tesouraria [C]					540.313,63	540.313,63	993.281,12
DA06	Saldo para a gerência seguinte	-1.727.637,15		9.654.927,92	2.610.483,62	1.837.818,72	12.375.593,11	7.651.709,75
DA07	Operações orçamentais [8] = [4]-[7]	-1.727.637,15		9.654.927,92	2.610.483,62		10.537.774,39	5.991.944,61
DA08	Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]					1.837.818,72	1.837.818,72	1.659.765,14
DA09	Saldo global [2] - [5]	1.051.906,95		4.601.343,31	90.769,80		5.744.020,06	-1.928.805,00
DA10	Despesa primária	61.141.868,49					61.141.868,49	55.137.486,94
DA11	Saldo corrente	5.684.830,23		110.052,23			5.794.882,46	3.178.295,49
DA12	Saldo de capital	-4.806.698,96		4.491.291,08	90.769,80		-224.638,08	-5.199.024,83
DA13	Saldo primário	1.495.615,00		4.601.343,31	90.769,80		6.187.728,11	-1.622.770,99
DA14	Receita total [1] + [2] + [3]	60.752.607,95		9.654.927,92	2.610.483,62		73.018.019,49	62.209.802,29
DA15	Despesa total [5] + [6]	62.480.245,10					62.480.245,10	56.217.857,68

* Os pagamentos, recebimentos, assim como os saldos deverão estar discriminados de acordo com os grupos de fontes de financiamento.

AM
g
Q

3.2. Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza

(avançar para a página seguinte)

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR
NATUREZA**

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES / OBRIGAÇÕES	2024	2023
RA02	Receita corrente	4 625 712,05 €	3 573 872,02 €
R1	Receita fiscal	0,00 €	
R1.1	Impostos diretos	0,00 €	
R1.2	Impostos indiretos	0,00 €	
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	0,00 €	
R3	Taxas, multas e outras penalidades	260 315,59 €	74 724,60 €
R4	Rendimentos de propriedade	840,69 €	0,00 €
R5	Transferências e subsídios correntes	69 496,00 €	1 405,00 €
R5.1	Transferências correntes	69 496,00 €	1 405,00 €
R5.1.1	Administrações Públicas	69 496,00 €	1 405,00 €
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português	69 496,00 €	1 405,00 €
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	
R5.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	
R5.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	
R5.1.1.5	Administração Local	0,00 €	
R5.1.2	Exterior - U E	0,00 €	
R5.1.3	Outras	0,00 €	
R5.2	Subsídios correntes	0,00 €	
R6	Venda de bens e serviços	4 274 628,13 €	3 489 245,28 €
R7	Outras receitas correntes	20 431,64 €	8 497,14 €
RA03	Receita de capital	93 057,11 €	0,00 €
R8	Venda de bens de investimento	0,00 €	0,00 €
R9	Transferências e subsídios de capital	93 057,11 €	0,00 €
R9.1	Transferências de capital	93 057,11 €	0,00 €
R9.1.1	Administrações Públicas	93 057,11 €	0,00 €
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português	93 057,11 €	0,00 €
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
R9.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
R9.1.2	Exterior - U E	0,00 €	0,00 €
R9.1.3	Outras	0,00 €	0,00 €
R9.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
R10	Outras receitas de capital	0,00 €	0,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	883,74 €	883,74 €
RA04	Receita efetiva [2]	4 719 652,90 €	3 574 755,76 €
RA05	Receita não efetiva [3]	0,00 €	0,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
RA06	Receita total [4]=[1]+[2]+[3]	4 719 652,90 €	3 574 755,76 €

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES POR
NATUREZA**

RUBRICA	LIQUIDAÇÕES / OBRIGAÇÕES	2024	2023
DA01	Despesa corrente	208 336,51 €	1 152 345,63 €
D1	Despesas com o pessoal	194 679,38 €	218 935,26 €
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes	187 763,79 €	169 531,60 €
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais	6 915,59 €	14 014,19 €
D1.3	Segurança social	0,00 €	35 389,47 €
D2	Aquisição de bens e serviços	8 262,87 €	858 892,41 €
D3	Juros e outros encargos	0,00 €	0,00 €
D4	Transferências e subsídios correntes	0,00 €	69 241,99 €
D4.1	Transferências correntes	0,00 €	69 241,99 €
D4.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	3 449,91 €
D4.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	3 025,00 €
D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
D4.1.1.5	Administração Local	0,00 €	424,91 €
D4.1.2	Entidades do Setor Não Lucrativo	0,00 €	65 000,00 €
D4.1.3	Famílias	0,00 €	792,08 €
D4.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
D4.2	Subsídios Correntes	0,00 €	0,00 €
D5	Outras despesas correntes	5 394,26 €	5 275,97 €
DA02	Despesa de capital	111 247,03 €	272 681,63 €
D6	Aquisição de bens de capital	111 247,03 €	272 681,63 €
D7	Transferências e subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
D7.1	Transferências de capital	0,00 €	0,00 €
D7.1.1	Administrações Públicas	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.1	Administração Central - Estado Português	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.3	Segurança Social	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.4	Administração Regional	0,00 €	0,00 €
D7.1.1.5	Administração Local	0,00 €	0,00 €
D7.1.2	Entidades do Setor não Lucrativo	0,00 €	0,00 €
D7.1.3	Famílias	0,00 €	0,00 €
D7.1.4	Outras	0,00 €	0,00 €
D7.2	Subsídios de capital	0,00 €	0,00 €
D8	Outras despesas de capital	0,00 €	0,00 €
DA03	Despesa efetiva [5]	319 583,54 €	1 425 027,26 €
DA04	Despesa não efetiva [6]	0,00 €	0,00 €
D9	Despesa com ativos financeiros	0,00 €	0,00 €
D10	Despesa com passivos financeiros	0,00 €	0,00 €
DA05	Despesa total [5] + [6]	319 583,54 €	1 425 027,26 €

4. Outros documentos

4.1. Relação nominal dos responsáveis

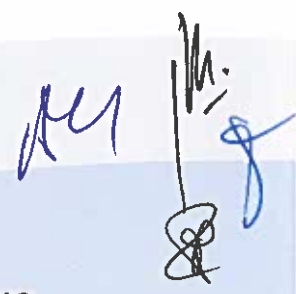
Nome	Órgão / Cargo	Período de responsabilidade a)	Morada b)
Nuno Alexandre Martins da Fonseca	Presidente	2024.01.01 a 2024.12.31	Rua Frei Lucas Telxeira, N.º 199 - 4810-202 Felgueiras
António Fernando da Silva Fernandes	Vereador em regime de permanência	2024.01.01 a 2024.12.31	Avenida Dr. Magalhães Lemos, n.º 420, 3.º Dto 4810-108 Felgueiras
Rosa Maria Sousa Pinto	Vereador em regime de permanência	2024.01.01 a 2024.12.31	Rua das Vitorias N.º 245 4815-648 Lixa
Ana Maria Medeiros Peixoto	Vereador em regime de permanência	2024.01.01 a 2024.12.31	Rua António F. Moura dias Azevedo Edif. Miguel 4 Dto Margaride 4810-105 Felgueiras
Joel Rui Carvalho da Costa	Vereador em regime de permanência	2024.01.01 a 2024.12.31	Rua do Monte n.º 38 - Moure 4810-472 Felgueiras
Ricardo Paulo Pinto Lopes Silva Freitas	Vereador em regime de permanência	2024.01.01 a 2024.12.31	Rua da Carreira n.º 276 4815-591 Vizela
Virgílio Oscar Lachado Ferreira	Vereador em regime de permanência	2024.01.01 a 2024.12.31	Avenida Dr. Ribeiro de Magalhães, n.º 1236 3.º Frente 4815-638 Borba de Godim
Hugo Alcides Freitas Martins	Vereador c)	2024.01.01 a 2024.12.31	P. Comunidade Lusíada, n.º 94 - 3.º Centro 4810-115 Felgueiras
Vitor Sebastião Sá Pereira de Vasconcelos	Vereador c)	2024.01.01 a 2024.12.31	Rua da Liberdade n.º 1226 4850-092 Airões

4.2. Certificação legal da conta consolidada

(avançar para a página seguinte)



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

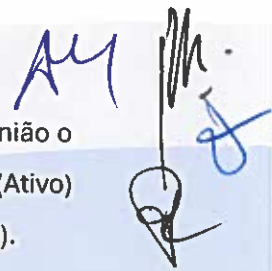
Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de **MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS** (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2024 (que evidencia um total de **238.734.618,67 euros** e um total de património líquido consolidado de **205.179.789,54 euros**, incluindo um resultado líquido consolidado de **10.958.970,06 euros**), a demonstração consolidada dos resultados por natureza, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **MUNICÍPIO DE FELGUEIRAS** em 31 de dezembro de 2024, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Bases para a opinião com reservas

1. Dado que o Gabinete de informação geográfica se encontra a efetuar o levantamento de todos os imóveis propriedade do Município e que à data de 31 de dezembro de 2024 este trabalho ainda não estava totalmente concluído, não nos foi possível validar a plenitude destes Ativos. Desta forma, não nos é possível incluir, na nossa opinião, as rubricas de Ativos fixos tangíveis, Património líquido e Resultados.
2. A escritura de venda de prédios urbanos que fazem parte da Área de Acolhimento Empresarial do Alto de Barrancas à entidade Coloplast Manufacturing Portugal, Unipessoal, Lda previa um valor adicional máximo de 4.000.000,00 euros condicionado à realização de obras de infraestruturas até ao dia 31 de maio de 2025, data esta já resultado de diversos adiamentos. Dado que, à data de hoje, não nos foi disponibilizada evidência de que as obrigações previstas para o Município tenham sido



cumpridas e que aquele valor será recebível, não podemos incluir na nossa opinião o valor a receber adicional de 4.000.000,00 registado em Outras contas a receber (Ativo) assim como o rendimento futuro associado, registado em Diferimentos (Passivo).

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes do Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem



em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras consolidadas representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 62.209.802,29 euros e um total de despesa paga líquida de reposições de 56.217.857,68 euros) relativa ao exercício findo em 31/12/2023.

O Órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, exceto quanto ao seguinte:

1. Relativamente ao processo de venda de prédios urbanos que fazem parte da Área de Acolhimento Empresarial do Alto de Barrancas à entidade Coloplast Manufacturing Portugal, Unipessoal, Lda não encontramos evidência de terem sido observados todos os pontos previstos no Contrato Promessa de Compra e Venda celebrado entre as partes em 30/10/2023 (ponto 7.8) e do Regulamento da Área de Acolhimento Empresarial do Alto de Barrancas (art.º 23º a 27º do Capítulo VII), não obstante, relativamente a este último, ter sido deliberado pela Assembleia Municipal, em sessão ordinária realizada em 16/02/2024, a suspensão daquelas disposições.
2. O Tribunal de Contas, em relatório produzido em 20/05/2025 (relatório n.º1/2025 AUDIT, 1ª secção) relativo à execução de empreitada relativa ao loteamento industrial do Alto de Barrancas, detetou irregularidades na elaboração de contrato adicional no valor de 1.587.701,64 euros. Segundo Tribunal de Contas, esta adjudicação violou o

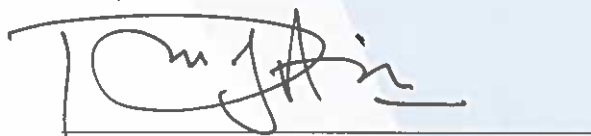
disposto no art.º 370º do Código dos Contratos Públicos, configurando infração financeira sancionatória imputável aos técnicos e dirigentes municipais responsáveis pela proposta.

3. Nas demonstrações orçamentais consolidadas não foi incluída informação relativa às empresas ACLEM - Arte Cultura e Lazer, Empresa Municipal, E.M. e EPF – Ensino Profissional de Felgueiras, E.M. Unipessoal, Lda devido ao facto de, relativamente a esta última a NCP26 não estar ainda totalmente implementada e o Município, conforme justificado no Relatório e Anexo, ter optado pela não inclusão parcial de informação das empresas municipais.

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos efeitos (ou possíveis efeitos) da(s) matéria(s) referida na secção “Bases para a opinião com reservas” do Relatório sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, e exceto quanto aos efeitos (e/ou possíveis efeitos) da(s) matéria(s) referida na secção “Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares - Sobre as demonstrações orçamentais consolidadas”, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

5 de junho de 2025



Ricardo Pereira & Associados – SROC, Lda
representada por Ricardo Jorge Pereira, ROC